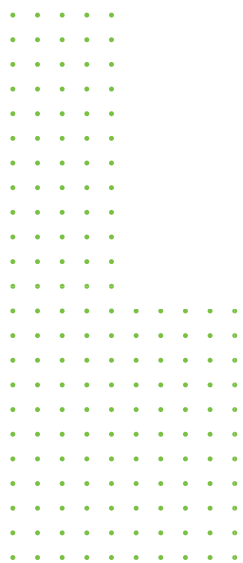
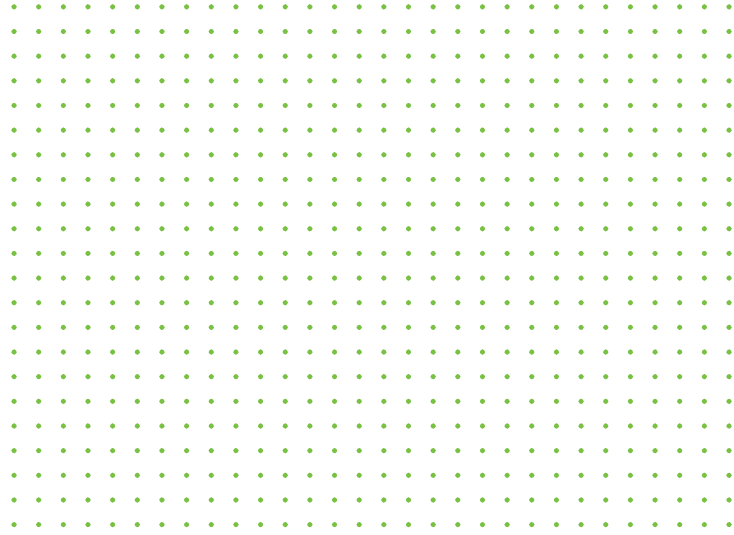




farminveste
SGPS, S.A.

RELATÓRIO
E CONTAS
2021





Índice

1. A EMPRESA	3
Missão, visão e valores	5
Principais atividades	6
Governo societário	11
Órgãos sociais	11
Relação com investidores	13
2. RELATÓRIO DE GESTÃO	14
Eventos relevantes de 2021	14
Indicadores-chave	16
Performance das áreas de negócio	28
3. GESTÃO DO RISCO	37
4. PERSPETIVAS FUTURAS	39
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	40
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS	41
Demonstração da Posição Financeira (Contas Individuais)	42
Demonstração dos Resultados por Natureza (Contas Individuais)	43
Demonstração do Rendimento Integral (Contas Individuais)	43
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Contas Individuais)	44
Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Individuais)	45
Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Individuais)	46
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS	63
Demonstração da Posição Financeira (Contas Consolidadas)	64
Demonstração dos Resultados por Natureza (Contas Consolidadas)	65
Demonstração do Rendimento Integral (Contas Consolidadas)	66
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Contas Consolidadas)	67
Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Consolidadas)	68
Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Consolidadas)	69
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS	113
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	116
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA AS CONTAS INDIVIDUAIS	120
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA AS CONTAS CONSOLIDADAS	122

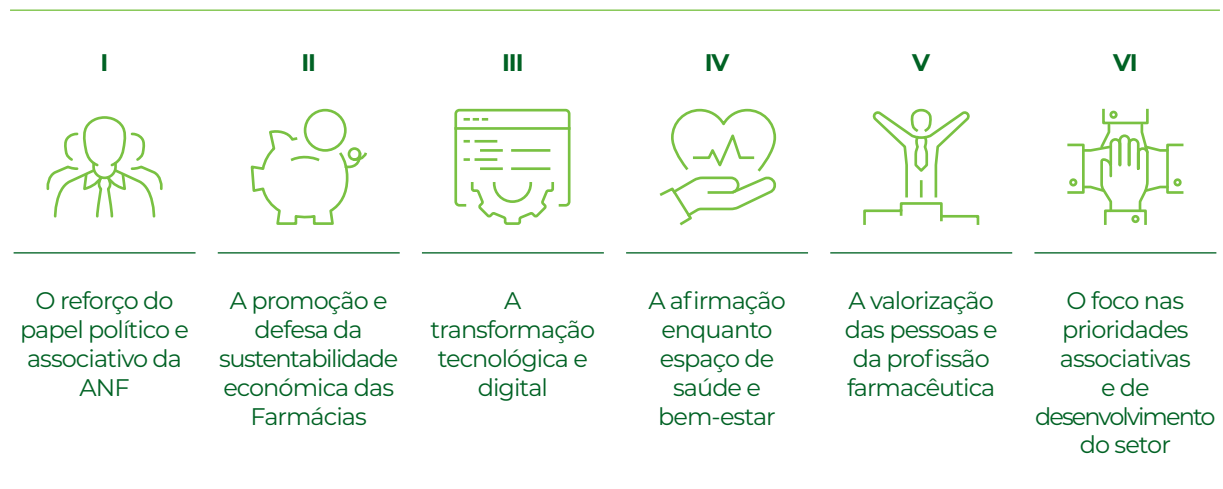
1. A EMPRESA

A Farminveste SGPS, S.A. Sociedade Aberta tem como acionista de referência a Associação Nacional das Farmácias (doravante “ANF” ou “Associação”), e como objetivo principal promover, junto de importantes *players* do setor da saúde, o desenvolvimento da Missão da ANF.

Em 2021, a ANF iniciou um novo rumo, através da eleição de uma nova Direção.

Um novo rumo dirigido à sustentabilidade das Farmácias, ao seu desenvolvimento e ao alargamento dos serviços à população.

A Missão da ANF passou a estar assente em 6 pilares:



A Farminveste SGPS, S.A. Sociedade Aberta (doravante designada por “Farminveste SGPS” ou “Farminveste”) enquanto holding principal das empresas do Grupo tem como missão garantir o alinhamento da estratégia de cada participada com a proposta de valor do Grupo ANF.

Neste novo contexto, a Farminveste SGPS realinhou, igualmente, os seus 4 Pilares Estratégicos, a saber:

i) Desenvolvimento da Atividade das Farmácias

As atividades desenvolvidas pela Farminveste neste âmbito procuram assegurar, essencialmente, os seguintes objetivos estratégicos:

- + Identificar projetos com valor acrescentado para as Farmácias e para a população, e bem assim, promovê-los e torná-los acessíveis a todas as Farmácias Portuguesas, garantindo não só a coesão da rede como também a sustentabilidade dos seus projetos, em todo o território continental e regiões autónomas;
- + Promover a transformação digital das Farmácias, garantindo que as mesmas beneficiam e fazem uso das tecnologias mais recentes disponíveis, de forma a otimizar a sua eficiência operacional e conseguir

prestar um melhor serviço à população, designadamente intervindo de forma mais proativa na promoção da saúde e prevenção da doença, e na prestação de cuidados de saúde em articulação com as demais entidades e profissionais do ecossistema da saúde;

- + Apoiar a rede de Farmácias no reforço dos canais de comunicação com a população, que permitam promover não só bens e serviços disponíveis nessa rede, como também comportamentos que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida.

ii) Sustentabilidade e Salvaguarda do Balanço

Neste pilar, enquadra-se um conjunto de medidas que visam promover, nomeadamente:

- + Eficiência operacional e controlo rigoroso de custos, em particular nas áreas de *backoffice* da Farminveste;
- + Redução da dívida financeira líquida e melhoria dos demais indicadores de balanço;
- + Reforço do rácio de solvabilidade;
- + Acompanhamento rigoroso do plano de negócios do Grupo Farminveste e respetivas participadas, fazendo-o convergir para a geração de valor na ANF, salvaguardando a defesa de todos os ativos estratégicos.

iii) Pessoas

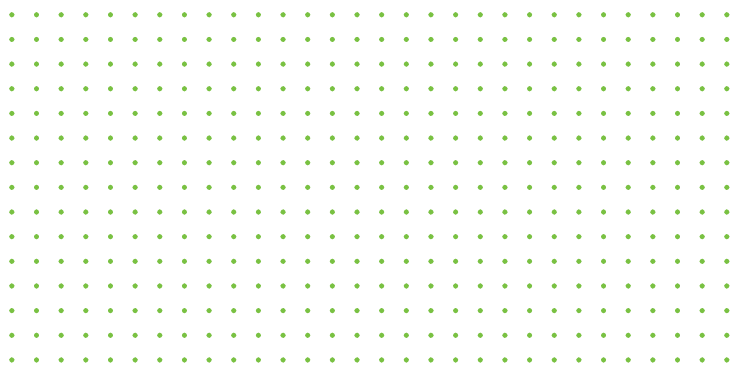
Na Farminveste, a gestão adequada das equipas pressupõe um total alinhamento das mesmas para com os objetivos da Associação, pelo que as atividades desenvolvidas neste âmbito devem assegurar:

- + Foco no desenvolvimento de equipas coesas, promovendo os principais valores do Grupo Farminveste em termos de gestão de pessoas - disponibilidade, transparência, exigência, colaboração e equidade;
- + Investimento na formação contínua e no desenvolvimento de competências técnicas potenciadoras de geração de valor para o Grupo Farminveste;
- + Promoção da melhoria das condições de trabalho e do desenvolvimento de atividades que garantam níveis elevados de motivação e satisfação dos colaboradores.

iv) Inovação e Desenvolvimento

Por fim, sendo a Inovação e Desenvolvimento um dos pilares estruturantes e essenciais para que a Farminveste cumpra a sua Visão, deverá assegurar-se que, neste âmbito, serão desenvolvidas iniciativas que garantam:

- + Desenvolvimento de projetos e soluções inovadores para o setor da saúde como forma de diversificar a oferta e maximizar o valor da rede de Farmácias;
- + Reconhecimento do valor da criação de sinergias e da maximização de competências, nomeadamente através de estabelecimento de parcerias estratégicas.



MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

A Farminveste tem como missão garantir o alinhamento da estratégia de cada participada com a proposta de valor da ANF.

Visão

Implementar soluções inovadoras que contribuam para a criação de valor em Saúde, melhorando a proposta de valor das Farmácias junto da população.

Valores



Foco nas Farmácias



Proximidade



Equidade



Sustentabilidade

PRINCIPAIS ATIVIDADES

O portfólio de investimentos da Farminveste, inclui participações relevantes em 7 áreas:

1) Desenvolvimento da Atividade da Farmácia



**Farmácias
Portuguesas**

A atividade desenvolvida por esta área de negócio centra-se essencialmente na maximização de valor da rede de Farmácias, consubstanciada na existência de uma marca comum para a rede de Farmácias – “Farmácias Portuguesas”.

Esta marca possui três objetivos:

- + Maximizar o valor da rede de Farmácias, através da melhor e mais abrangente prestação de serviços de cuidados de saúde e bem-estar à população, tanto ao nível do espaço físico da farmácia, como ao nível do espaço digital;
- + Aumentar a coesão e equidade dentro da rede de Farmácias, garantindo um alinhamento total entre associados e a proposta de valor da ANF, permitindo o acesso de todos aos projetos desenvolvidos pelo universo empresarial;
- + Promover a evolução digital das Farmácias, maximizando a geração de valor para a população através do uso das tecnologias da informação para maximizar eficiência na Farmácia e trabalhar a informação gerada de forma mais ágil, garantindo às Farmácias e aos seus profissionais, proatividade na prestação de cuidados de saúde e bem-estar junto da população.

2) Distribuição Farmacêutica



A Farminveste detém uma participação indireta de 51% do capital social da Alliance Healthcare, S.A. ("Alliance Healthcare"), sendo os restantes 49% detidos pelo Grupo AmeriSourceBergen.

A Alliance Healthcare é um dos principais *players* nacionais no mercado da Distribuição Farmacêutica, contendo o seu objeto social o desenvolvimento das seguintes atividades:

- + distribuição e comércio de drogaria, perfumaria, produtos químicos e farmacêuticos e prestação de serviços;
- + transporte e distribuição de mercadorias, nomeadamente, especialidades farmacêuticas, por conta de outrem e formação profissional no âmbito da sua atividade comercial para destinatários internos e externos.

A Alliance Healthcare tem uma presença determinante nas duas vertentes fundamentais da Distribuição Farmacêutica, a vertente grossista com a Alliance Healthcare e a vertente pré-grossista com a Alloga-Logifarma.

Em conjunto, ambos os setores são responsáveis pela ligação da indústria farmacêutica às Farmácias de oficina e aos prestadores de cuidados de saúde, desempenhando um papel fundamental no acesso aos medicamentos pelos clientes finais.

Os pré-grossistas fornecem aos laboratórios, fundamentalmente, serviços de transporte, armazenamento e logística.

Os grossistas são responsáveis pela gestão das diferentes etapas da cadeia de valor na distribuição, desde o armazenamento, à encomenda, entrega, pós-venda e gestão de clientes.

O mercado grossista farmacêutico em Portugal tem demonstrado um crescimento consistente nos últimos 5 anos.

3) Sistemas de Informação



O investimento da Farminveste na área de Sistemas de Informação materializa-se através da participação maioritária indireta na Glintt (76,4%).

A Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A., é uma multinacional tecnológica de origem portuguesa, emitente de ações, atualmente admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

Com escritórios em Portugal e Espanha, conta com mais de 1.100 colaboradores.

Com mais de 20 anos de experiência, a Glintt é uma empresa de referência na Península Ibérica em Consultoria e Serviços Tecnológicos. Através da inovação, a Glintt pretende ajudar a transformar as organizações e melhorar a vida das pessoas.

É líder ibérico no desenvolvimento de soluções para o mercado da Saúde sendo as mesmas utilizadas em mais de 250 hospitais, 500 clínicas e 14.000 Farmácias.

A empresa disponibiliza ainda um vasto portfólio de outras ofertas de bens e serviços, o qual engloba a conceção e projeção de espaço de lojas, automação, infraestruturas e consumíveis, entre outros.

A Glintt colabora com algumas das maiores e mais competitivas entidades públicas e privadas, presentes em vários países da Europa, na área dos Serviços Financeiros, Telecomunicações e Administração Pública, nas quais executa projetos transformacionais de elevada complexidade e serviços de gestão aplicacional e de infraestruturas.

Nos últimos dois anos, a Glintt reforçou o seu *footprint* na Península Ibérica, através da aquisição de participações maioritárias em outras empresas, nomeadamente: HealthySystems (Portugal), Vanity Meridien (Portugal), Aseting Informática (Espanha), Concep (Espanha) e Farmatools (Espanha). Destaca-se a aquisição da Farmatools, realizada no 1º semestre de 2021, pela sua importância estratégica uma vez que veio permitir o acesso a uma carteira de clientes relevantes no setor hospitalar, deste modo contribuindo para alargar a abrangência da oferta hospitalar da Glintt na Península Ibérica, sobretudo ao nível das soluções digitais para a gestão de farmácia hospitalar, e complementando a oferta de serviços já disponível no mercado português.

4) Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico



A HMR Health Market Research International, S.A. (HMR International) foi constituída em novembro de 2016 com o objetivo de autonomizar a atividade de Market Intelligence do Grupo Farminveste e é detida a 100% pela Farminveste. Na sua constituição, a HMR International integrou as sociedades HMR Portugal, HMR Espanha e HMR Ireland, que desenvolvem a sua atividade em Portugal, Espanha e Irlanda, respetivamente.

A HMR Portugal é uma sociedade que se dedica à consultoria e elaboração de estudos de mercado, quantitativos e qualitativos, na área da saúde, nomeadamente estudos relacionados com o comércio de especialidades farmacêuticas, para-farmacêuticas, dermocosméticas e veterinárias, bem como à prestação de serviços e ações de formação no âmbito desses estudos.

Em 2013 foi constituída a HMR Espanha, para desenvolver o mesmo tipo de atividade da HMR Portugal, beneficiando da infraestrutura existente e da experiência adquirida no mercado nacional.

Em 2014 foi constituída a HMR Ireland, em parceria com a IPU (50%), congénere Irlandesa da ANF.

Em 2017 foi constituída a HMR Alemanha. No entanto, em 2020, a Farminveste tomou a decisão de desinvestir neste mercado, devido ao elevado consumo de recursos financeiros e à incerteza quanto ao *timing* de penetração naquele país. Esta decisão permitiu à Farminveste parar a geração de resultados negativos e consumo de recursos financeiros provenientes desta geografia, em linha com a defesa do Pilar Estratégico de “Sustentabilidade e Salvaguarda do Balanço”.

As operações da HMR Irlanda e HMR Espanha, ambas consumidoras de recursos financeiros à HMR International têm exigido, por parte desta, a adoção de medidas de controlo de custos e defesa / crescimento das receitas. Paralelamente, foi tomada a decisão estratégica de abrir a HMR à cooperação com outros parceiros, processo que está atualmente em curso.

5) Prestação de Cuidados de Saúde



A CUF, S.A. (www.cuf.pt), anteriormente designada por José de Mello Saúde, tem como missão a prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada por uma rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no setor privado (rede CUF), como no setor público (hospitais integrados no SNS geridos em regime de Parceria Público-Privada - PPP). O grupo mudou a sua denominação social em 26 de junho de 2020.

Com origem em 1945, a CUF tem investido consistentemente na sua expansão, atualmente operando 10 hospitais e 9 clínicas com cobertura nacional e mais de 1.600 camas. A CUF é considerada a marca hospitalar privada com a reputação mais elevada em Portugal, resultando da reconstrução em Portugal nos anos noventa, de um grupo com uma forte tradição na área dos cuidados de saúde pela associação entre o grupo Mello e a ANF.

A José de Mello Residências e Serviços, SGPS (www.jmellors.pt) desenvolve soluções residenciais para a terceira idade. A empresa explora atualmente duas unidades de residências assistidas, localizadas em Lisboa e na Parede.

A Farminveste detém uma participação indireta de 30% na CUF, S.A. e uma participação indireta de 27% no capital da José de Mello Residências e Serviços.

Em fevereiro de 2021, a Farminveste SGPS tornou pública a celebração do acordo parassocial entre a Farminveste IPG e a José de Mello Capital, respeitante à sociedade CUF, S.A., que veio materializar a parceria entre aqueles dois grupos económicos, estando a mesma exclusivamente centrada na CUF, na área de prestação de cuidados de saúde, com exceção da atividade farmacêutica. As participações da José de Mello Capital e da Farminveste IPG no capital social da CUF correspondem, respetivamente, a 65,85% e 30%.

6) Setor Imobiliário



O investimento da Farminveste SGPS nesta área de negócio materializa-se através da participação maioritária indireta no Imofarma. O Imofarma é um fundo especial de investimento imobiliário fechado, proprietário da quase totalidade dos imóveis utilizados no desenvolvimento das várias atividades da ANF, Farminveste, Alliance Healthcare, Glintt e HMR.

7) Área Corporativa

A Área Corporativa integra diversas áreas transversais do Grupo Farminveste, os serviços partilhados e demais custos gerais como sejam os encargos financeiros e impostos não redistribuídos pelas áreas de negócio.

As Áreas Corporativas englobam:

- + A Área Financeira Corporativa;
- + A Direção Corporativa de Recursos Humanos;
- + A Área de Tecnologia;
- + O Gabinete Jurídico e Contencioso;
- + A Holding e o Secretariado Central;
- + A Área de Controlo Interno.

Os serviços partilhados incluem:

- + A promoção e gestão de projetos imobiliários desenvolvidos para acolher as necessidades imobiliárias das empresas do universo ANF e externas ao Grupo Farminveste, e, bem assim, a exploração do edifício Porto Inova (propriedade do Fundo Imofarma);
- + A prestação de serviços nas áreas financeira, de gestão administrativa de recursos humanos, de negociação e de gestão do património às empresas do universo ANF.

Em termos económicos, os principais indicadores de cada unidade por referência ao ano de 2021, são apresentados na secção 2.3.

GOVERNO SOCIETÁRIO

A Farminveste SGPS é uma empresa detida a 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), sendo o restante capital detido por acionistas minoritários, na sua maioria Associados da ANF.

Órgãos Sociais

Na Assembleia Geral de 17 de agosto de 2021, foram eleitos, por um período de três anos, os atuais membros dos órgãos sociais da Farminveste SGPS para o triénio 2021-2023.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da sociedade, sendo atualmente composto pelos seguintes membros.

- + Presidente: Abel Bernardino Teixeira Mesquita
- + Vogal: José Luis Bonifácio Lopes
- + Vogal: Luis Miguel Reis Sobral
- + Vogal: Rui Manuel Assoreira Raposo
- + Vogal: Manuel Maria Corrêa Henriques de Lança Cordeiro

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão supremo de governo da sociedade. É através desta que os acionistas participam ativamente nas decisões da Empresa.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com os Estatutos da Sociedade.

Composição da Mesa de Assembleia Geral

- + Presidente: Maria da Luz Toregão Romão Sequeira
- + Vice-Presidente: Victor Réfega Fernandes
- + Secretário: Ricardo Nuno Crespo dos Santos

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização da atividade da sociedade, sendo atualmente composto pelos seguintes membros.

- + Presidente: António Canaveira Paula de Campos
- + Vogal Efetivo: Fausto Manuel da Silva Almeida
- + Vogal Efetivo: Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. - representada por Carlos Manuel Charneca Mo-leirinho Grenha
- + Suplente: Maria Balbina Boino Cravo

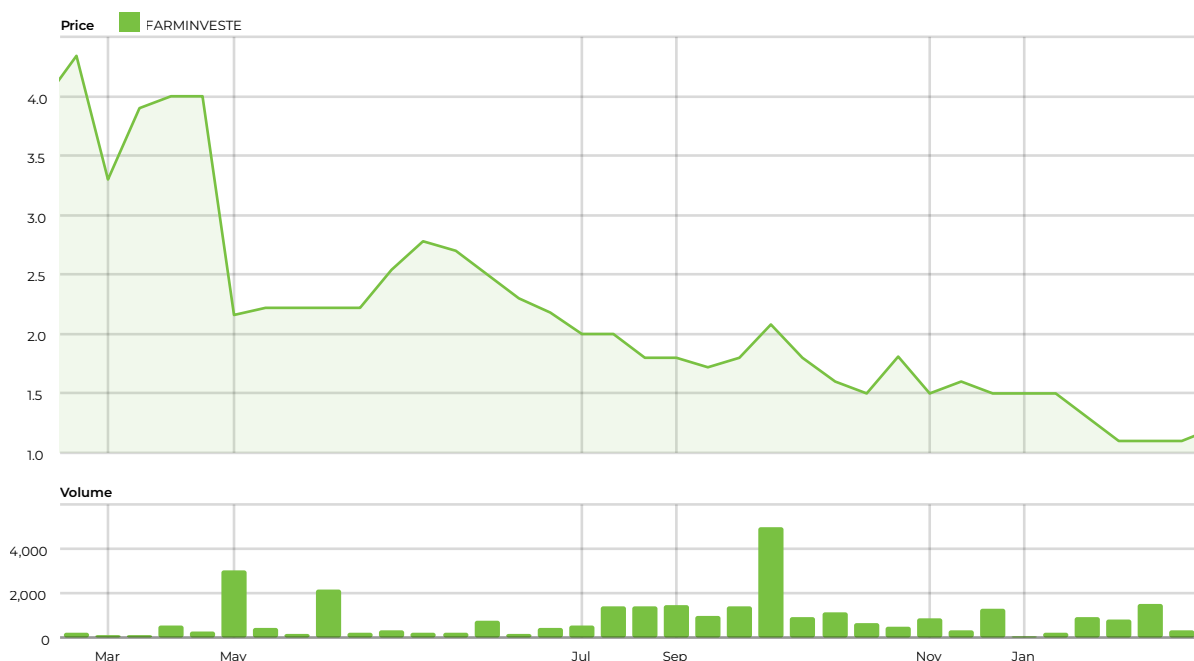
RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Euronext Access Lisbon

A Farminveste SGPS apresenta uma base estável de mais de 3.000 acionistas e mantém as ações de categoria B (num total de 2.500.000) admitidas à negociação no Euronext Access Lisbon, tendo sido transacionadas 28.310 ações em 2021 (cerca de 1,1%).

Em 2021, a Farminveste SGPS, efetuou o pagamento de juros de obrigações convertíveis, num total de €557.323, e procedeu ao reembolso das Obrigações Convertíveis 2019-2021 que não foram objeto de troca no âmbito da Oferta de Pública de Troca e Subscrição de Obrigações Convertíveis em ações de Categoria B da Farminveste SGPS (Obrigações Convertíveis 2021-2025).

Em cumprimento do disposto no nº 2 do Artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que a sociedade não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias durante o exercício e que, no final de 2021, não detinha quaisquer ações próprias.

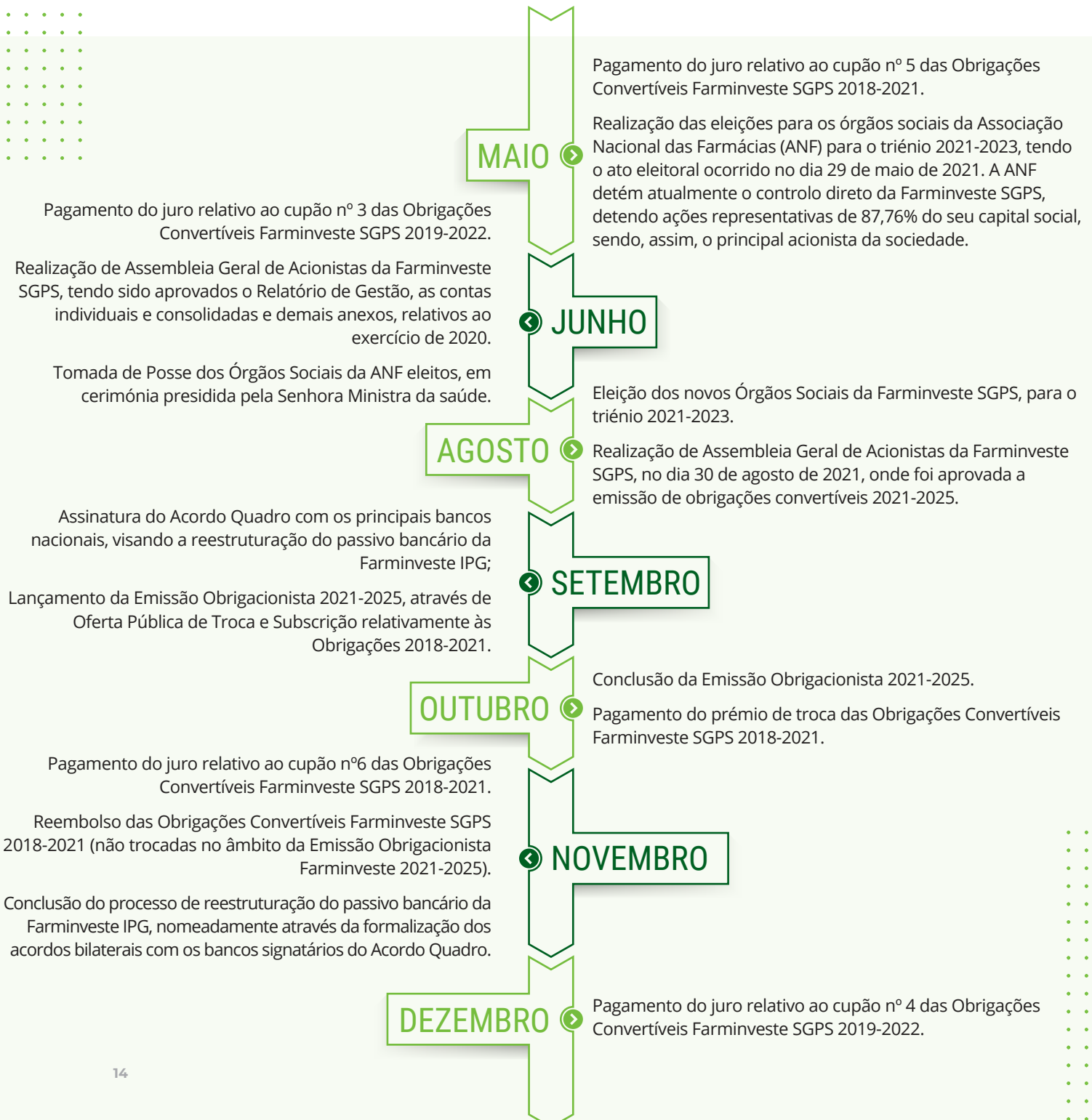


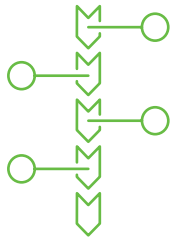
2. RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Farminveste SGPS submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o presente documento contendo, entre outros elementos, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2021.

A sociedade foi formalmente constituída em setembro de 2010, com um capital social de €100.000.000, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

2.1 EVENTOS RELEVANTES DE 2021





Em setembro de 2021, conforme anteriormente referido, a Farminveste IPG formalizou o acordo quadro com os três principais bancos financiadores e posteriormente formalizou acordos bilaterais que suportavam os termos da negociação, que pressupunha, principalmente, um alargamento de maturidades. Foram reestruturados cerca de 83 Milhões de Euros de passivos bancários, dos quais 43,5 Milhões de Euros diziam respeito a produtos de médio longo prazo e 39,5 Milhões de Euros diziam respeito a linhas de Curto Prazo.

Adicionalmente, foi concluída com sucesso uma nova emissão obrigacionista em outubro de 2021. Tratou-se de uma oferta pública de troca e subscrição no montante global inicial de 10 Milhões de Euros (aumentado por aditamento ao prospeto para 20 Milhões de Euros).

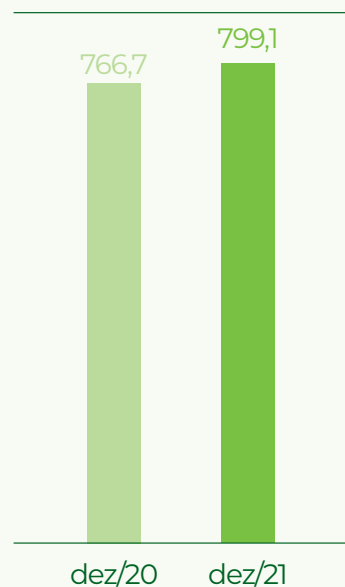
A procura total registada na Oferta Pública de Subscrição de 4.000.000 de obrigações convertíveis através da Oferta Pública de Subscrição (OPS) e da Oferta Pública de Troca (OPT) ascendeu a 2.732.741 Obrigações 2021- 2025 no montante global de € 13.663.705,00.

2.2 INDICADORES-CHAVE



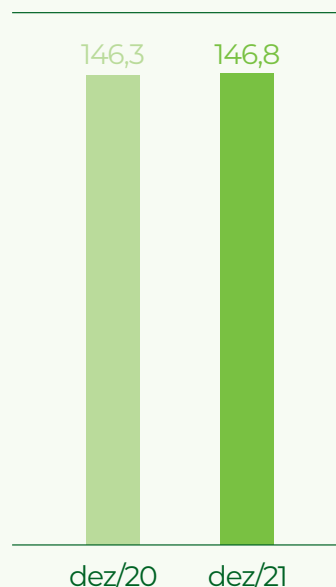
Volume de Negócios

M€



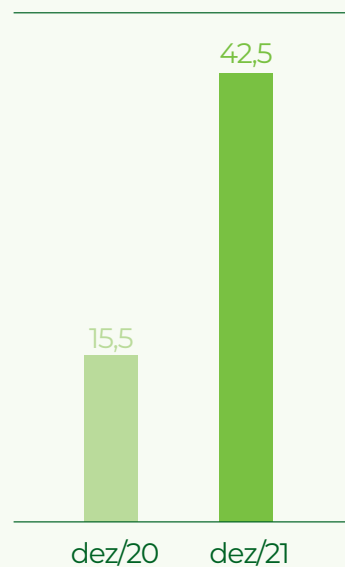
Gastos com o Pessoal e FSE

M€



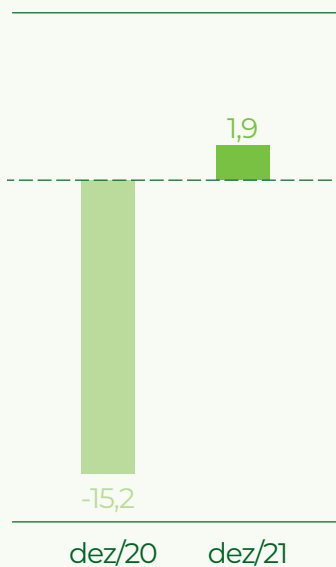
EBITDA

M€



Resultado Líquido Consolidado

M€

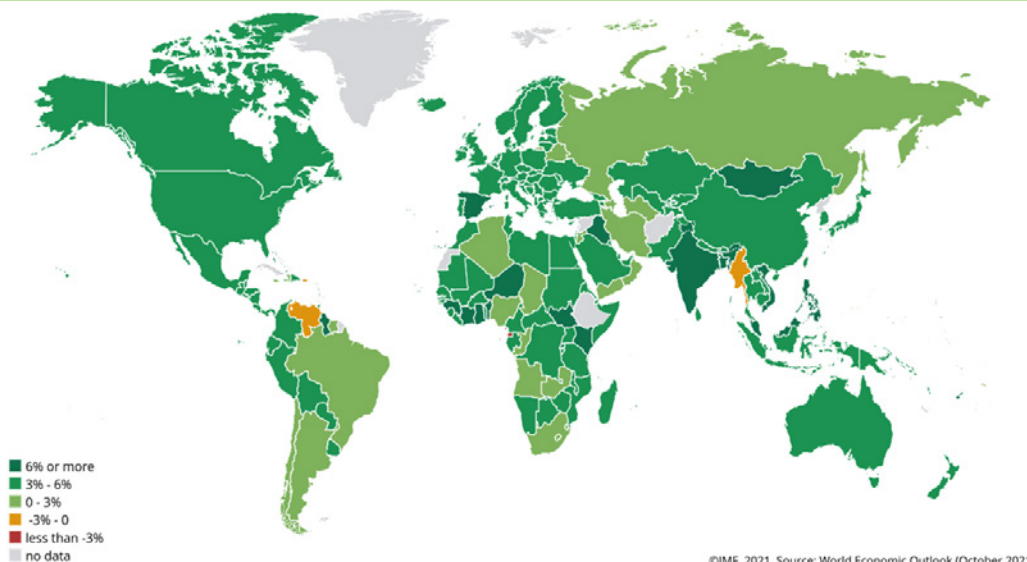


CONTEXTO GLOBAL E EUROPEU

Em 2021, a economia mundial cresceu 5,9%, compensando em termos médios a forte contração verificada em 2020 (3,6%) na sequência da crise pandémica Covid-19 e das medidas de lockdown impostas para travar a crise sanitária mundial. Este crescimento foi possível devido à evolução do processo de vacinação e da aplicação de medidas globais extraordinárias, quer monetárias quer em termos de subsídios e apoios fiscais.

Não obstante, quer os efeitos colaterais provocados pela crise pandémica, como seja o aumento do preço dos produtos e o abrandamento de diversos setores de atividade motivados por dificuldades nas cadeias de abastecimento globais, quer o contexto atual de Guerra da Rússia na Ucrânia, o aumento do preço dos produtos energéticos, a subida das taxas de juro, são fatores que atualmente ameaçam a recuperação da economia em 2022 e 2023.

Na Zona Euro, em 2021, o PIB cresceu 5,4% face a 2020, mas prevê-se nova contração da atividade de 3,7% para 2022, igualmente motivada pelo contexto geopolítico atual e pelos constrangimentos nas cadeias de fornecimento globais.



ECONOMIA PORTUGUESA

No setor da saúde, verificou-se um crescimento do setor, consubstanciado num aumento de despesa, pública e privada, e num aumento do contributo da despesa em saúde em percentagem do PIB.

Após os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19, em 2021, verificou-se o crescimento de 5,7% da economia portuguesa associado, em parte, à recuperação das despesas em serviços que beneficiaram do levantamento das medidas de contenção bem como do aumento da confiança associado aos progressos da vacinação.

Quer o consumo público, quer o consumo privado registaram uma aceleração gradual em 2021 face ao período homólogo, sendo que a taxa de poupança registou tendência inversa face à que havia sido verificada

durante os períodos de confinamento de 2020 como reflexo de precaução e poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo.

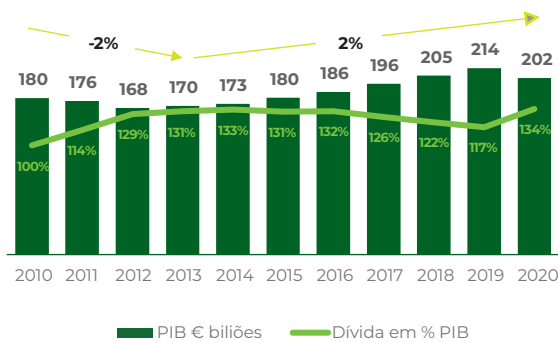
A recuperação da atividade nacional traduziu-se, em 2021, no ajustamento do emprego e na redução progressivamente menor da taxa de desemprego para 6,6%, abaixo da taxa de 7,7% registada na Zona Euro.

No geral, assistiu-se a uma recuperação assimétrica em termos setoriais na economia portuguesa. No caso particular do setor da saúde, verifica-se um crescimento do setor, ainda que se tenha verificado uma ligeira contração da despesa privada em 2021.

Para 2022, é expetável que, em termos globais, se assista a uma desaceleração do crescimento da atividade económica fruto das eventuais repercussões dos recentes acontecimentos geopolíticos dos quais se prevê que advenham constrangimentos quer ao nível do agravamento dos preços das matérias-primas, bens intermédios, energéticos e custo de transportes, quer ao nível das cadeias de fornecimento, refletindo-se no aumento dos preços de importação, incluindo do petróleo. Esta subida dos preços verificar-se-á de forma mais acentuada na primeira metade de 2022, exercendo pressões ascendentes sobre os preços dos bens em contexto nacional.

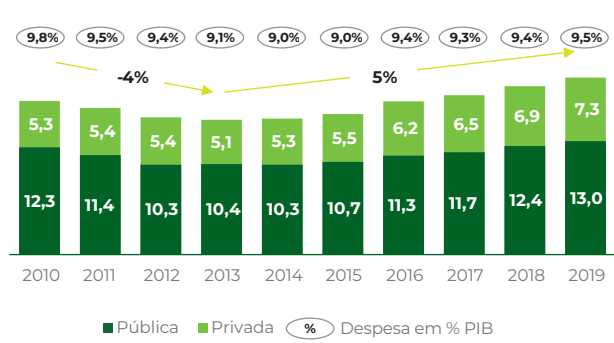
Evolução do PIB e da Dívida Pública

2010-2020; € biliões e %PIB



Evolução da despesa em Saúde (pública e privada)

2010-2019; € biliões e %PIB



EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE NO ANO DE 2021

Em 2021 assistiu-se a uma recuperação da atividade da Farminveste e respetivas participadas, tendo os resultados consolidados apresentado valores próximos dos valores registados em 2019, conforme quadro abaixo.

Ainda assim, a melhoria de performance de 2021 foi superior ao ano de 2019, porquanto os resultados deste exercício incorporavam um efeito extraordinário positivo, relacionado com a atribuição de um subsídio à exploração concedido pela acionista ANF no montante de 17,5 Milhões de Euros. Sem este efeito extraordinário em 2019, a comparação do resultado de 2021 com os exercícios anteriores é substancialmente superior.

Resultado Líquido Consolidado (Milhões de Euros)	dez/19	dez/20	dez/21
Resultado Líquido dos detentores de capital	2,1	-15,2	1,9

Esta melhoria significativa do Resultado Líquido consolidado da Farminveste SGPS (+17,1 Milhões de Euros) resultou da evolução dos principais indicadores económico-financeiros apresentados na tabela abaixo, nomeadamente:

- + aumento do Volume de Negócios Consolidado em 32,5 Milhões de Euros (superior ao aumento dos custos diretos de produção, como sejam o CMVMC e o OPEX);
- + aumento em CMVMC em 20,2 Milhões de Euros;
- + aumento de OPEX em 0,5 Milhões de Euros;
- + melhoria em ganhos e perdas de participadas em 17,5 Milhões de Euros.

Principais indicadores (Milhões de Euros)	dez/20	dez/21	Var.	Var %
Volume de Negócios	766,7	799,1	32,5	4,2%
CMVMC	607,5	627,6	20,2	3,3%
Gastos com o Pessoal e FSE	146,3	146,8	0,5	0,4%
MEP	-7,4	10,1	17,5	235,8%
EBITDA	15,5	42,5	27,1	175,2%
Resultado Líquido Consolidado	-15,2	1,9	17,1	112,6%

Em resumo, a melhoria de EBITDA de 27,1 Milhões de Euros entre 2020 e 2021 deveu-se, essencialmente, à incorporação dos resultados das participadas (contributo positivo de 17,5 Milhões de Euros CUF) e à melhoria da performance operacional das empresas em 9,6 Milhões de Euros, conseguido através de um rigoroso controlo de gastos e redução dos mesmos, sobretudo nas áreas corporativas e de *backoffice*.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de amortizações e imparidades de ativos em 0,5 Milhões de Euros e aumento de resultados financeiros em 1,4 Milhões de Euros.

Por sua vez, a rubrica de impostos sofreu um agravamento de 12,1 Milhões de Euros, motivado pela evolução favorável dos resultados das empresas Alliance Healthcare e Glintt, e, também, pelo desreconhecimento de ativos por impostos diferidos registados anteriormente nas empresas.

Finalmente, o efeito positivo decorrente da redução das perdas com operações descontinuadas (+0,7 Milhões de Euros) e dos interesses não controlados (-0,5 Milhões de Euros) conjuntamente têm um contributo positivo para o Resultado Líquido de +1,2 Milhões de Euros.

Seguidamente apresenta-se em maior detalhe a evolução dos indicadores listados na tabela acima, e o contributo das diferentes áreas de negócio para os mesmos.

Volume de Negócios

Em termos consolidados, o Volume de Negócios da Farminveste SGPS no ano de 2021 foi de 799,1 Milhões de Euros, mais 32,5 Milhões de Euros do que em 2020, o que representa um crescimento de 4,2% face ao ano anterior.

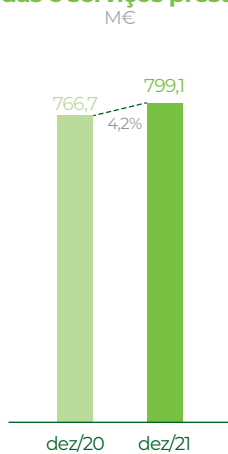
Com exceção da área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico, em 2021, todas as áreas de negócio contribuíram positivamente para esta evolução, sendo o contributo mais revelante em termos absolutos o da área da Distribuição Farmacêutica (Alliance Healthcare) que contribuiu com cerca de 68% deste crescimento, ou seja, 22,2 Milhões de Euros.

A área de Sistemas de Informação (Glintt), também teve um contributo significativo de 30%, ou seja, 9,8 Milhões de Euros, o que representa em termos de evolução um crescimento de +11,8% face a 2020. Este resultado deve-se não só à evolução orgânica das unidades de negócio da Glintt, mas incorpora também o efeito das aquisições realizadas no final de 2020 e primeiro semestre de 2021, nomeadamente: HLTSYS, Vanity Meridien, Concep (reformulação de Farmácias), Farmatools (software hospitalar) e Odontonet (software clínicas dentárias).

A área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia também contribuiu positivamente, com cerca de 1,0 Milhões de Euros de evolução de Volume de Negócios em 2021, representando um peso de 3% no crescimento global verificado em 2021.

O decréscimo no volume de negócios na área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico decorre essencialmente da redução de atividade no mercado internacional – Espanha e Irlanda.

Vendas e serviços prestados

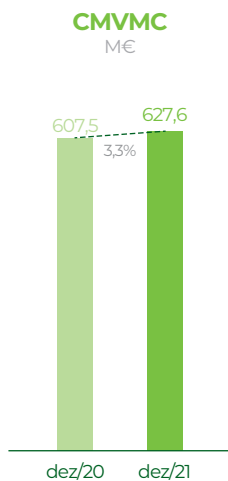


Contributo das Unidades para o Volume de Negócios Consolidado (Milhões de Euros)	dez/20	dez/21	Var.	Var. %
Distribuição Farmacêutica	650,6	672,8	22,2	3,4%
Sistemas de Informação	82,9	92,7	9,8	11,8%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	11,9	11,0	-0,8	-7,1%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	17,1	18,1	1,0	5,7%
Setor Imobiliário	2,0	2,0	0,0	0,4%
Área Corporativa	2,1	2,5	0,4	18,0%
TOTAL FV SGPS Consolidado	766,7	799,1	32,5	4,2%

CMVMC

O valor consolidado do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) corresponde, essencialmente, aos valores registados pelos negócios de Distribuição Farmacêutica (que representam 98% do valor total) e da área de Sistemas de Informação.

Na área de Distribuição Farmacêutica verificou-se a manutenção da Margem Bruta percentual, porquanto o crescimento do Custo das Vendas (3,4%) foi equivalente ao crescimento das vendas (3,4%).



CMVMC Consolidado (Milhões de Euros)	dez/20	dez/21	Var.	Var. %
Distribuição Farmacêutica	593,2	613,3	20,1	3,4%
Sistemas de Informação	14,0	14,2	0,3	1,9%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	0,3	0,1	-0,2	-70,2%
TOTAL FV SGPS Consolidado	607,5	627,6	20,2	3,3%

Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal

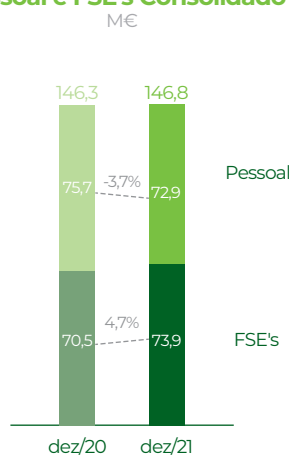
No ano de 2021, verificou-se um aumento de 0,5 Milhões de Euros no Total dos Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), o que corresponde a um aumento de 0,4% face ao ano de 2020.

Esta variação incorpora um aumento de 3,3 Milhões de Euros ao nível dos FSE's (variação face a 2020 de 4,7%) e um decréscimo dos Gastos com o Pessoal de 2,8 Milhões de Euros (variação face a 2020 de -3,7%).

O aumento de 3,3 Milhões de Euros em FSE's foi motivado pelo efeito conjugado das evoluções positivas necessárias para suportar o crescimento da atividade das empresas Glintt, Alliance Healthcare e Farmácias Portuguesas, que no total reforçaram a estrutura de FSE's em 7,5 Milhões de Euros, conforme tabela abaixo, e pela evolução em sentido contrário da redução de gastos verificados na HMR e nas Áreas Corporativas que totalizaram 4,2 Milhões de Euros.

A redução de Gastos com o Pessoal em -2,8 Milhões de Euros resultou igualmente das reduções em termos de encargos com pessoal verificadas na HMR (onde, para além das poupanças nas equipas, também se produziu em 2021 a transferência de alguns elementos do COI para a estrutura de quadros de pessoal da Glintt) e pela redução dos quadros de pessoal das Áreas Corporativas.

Pessoal e FSE's Consolidado



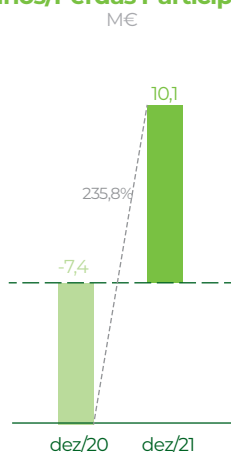
FSE e Gastos com Pessoal Consolidado (Milhões de Euros)	dez/20	dez/21	Var.	Var %
TOTAL FSE FV SGPS Consolidado	70,5	73,9	3,3	4,7%
Distribuição Farmacêutica	16,1	17,2	1,2	7,3%
Sistemas de Informação	25,1	30,3	5,2	20,7%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	6,4	4,2	-2,2	-34,1%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	15,4	16,6	1,2	7,6%
Setor Imobiliário	0,8	0,7	-0,1	-16,9%
Área Corporativa	6,8	4,9	-1,9	-27,7%
TOTAL Gastos com Pessoal FV SGPS Consolidado	75,7	72,9	-2,8	-3,7%
Distribuição Farmacêutica	19,4	18,9	-0,5	-2,5%
Sistemas de Informação	41,6	45,4	3,8	9,0%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	7,3	3,9	-3,5	-47,3%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	1,5	1,7	0,2	14,2%
Setor Imobiliário	0,0	0,0	0,0	0,0%
Área Corporativa	6,0	3,1	-2,8	-47,6%
TOTAL OPEX FV SGPS Consolidado	146,3	146,8	0,5	0,4%

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 2020 e 2021, e em virtude da decisão de desinvestimento, deixaram de ser incluídos nesta rubrica os resultados das empresas Cuidafarma e Servestec, as quais passaram a ser refletidas na rubrica de atividades descontinuadas, pelo que esta rubrica passou a incluir a quota parte dos resultados obtidos nas empresas CUF, José de Mello Residências e Serviços e Go Far.

A performance em 2021, face ao período homólogo, reflete o melhor desempenho da área de Prestação de Cuidados de Saúde, que praticamente justifica a evolução desta rubrica. A incorporação dos resultados da CUF representou um valor positivo de 10,3 Milhões de Euros em 2021, que compararam com um impacto negativo de -7,2 Milhões de Euros registados em 2020. Este desempenho resulta da recuperação da atividade assistencial ao longo do ano.

Ganhos/Perdas Participadas



Ganhos/Perdas Participadas Consolidado (Milhões de Euros)	dez/20	dez/21	Var.	Var. %
Prestação de Cuidados de Saúde	-7,2	10,3	17,5	244,3%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-0,3	-0,2	0,0	9,0%
TOTAL FV SGPS Consolidado	-7,4	10,1	17,5	235,8%

EBITDA

Em termos consolidados, o Resultado Operacional Bruto (EBITDA) da Farminveste SGPS foi de 42,5 Milhões de Euros, o que representa uma evolução positiva de 27,1 Milhões de Euros, comparativamente com o período homólogo, tendo esta evolução resultado dos efeitos explicados anteriormente.

No ano de 2021, à exceção da área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia, todas as áreas operacionais contribuíram positivamente para este desempenho, conforme se detalha na tabela abaixo, destacando-se, em particular, o contributo da área de Prestação de Cuidados de Saúde, responsável por 65% da evolução do EBITDA.

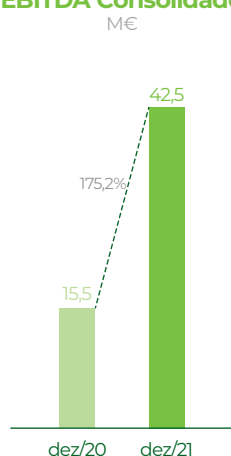
A área de Sistemas de Informação contribuiu com 1,6 Milhões de Euros para a variação positiva do EBITDA do ano, dos quais 0,8 Milhões de Euros provenientes de uma melhor performance operacional nos negócios da Glintt, nomeadamente Glintt GIT, Glintt HS, Consoft, Loginfar e HLTSYS. A este desempenho acresceu também o contributo das novas empresas adquiridas pela Glintt em 2020 e 2021, que representaram um acréscimo de EBITDA de 0,8 Milhões de Euros.

A melhoria do EBITDA da área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico resultou, essencialmente, do efeito das medidas de redução de Gastos com o Pessoal e FSE's.

A área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia apresentou uma evolução negativa do EBITDA, de -0,1 Milhões de Euros, a qual resulta, sobretudo, de um menor desempenho operacional do Programa Farmácias Portuguesas, tendo o mesmo sido parcialmente compensado com melhoria do desempenho da Aponatura, Globalvet e Go Far.

Em virtude das variações verificadas, a taxa de rentabilidade operacional (EBITDA em percentagem do Volume de Negócios) aumentou de 2,0% em dezembro de 2020 para 5,3% em dezembro de 2021.

EBITDA Consolidado



EBITDA Consolidado (Milhões de Euros)	dez/20	dez/21	Var.	Var. %
Distribuição Farmacêutica	20,9	21,4	0,5	-21,6%
Prestação de Cuidados de Saúde	-7,2	10,3	17,5	244,3%
Sistemas de Informação	12,8	14,4	1,6	12,4%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	-7,8	-3,4	4,5	57,0%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-0,5	-0,7	-0,1	-24,7%
Setor Imobiliário	4,8	5,1	0,2	4,5%
Área Corporativa	-2,2	0,7	2,9	132,3%
Ajustamentos de consolidação com impacto em resultado	-5,4	-5,4	0,1	1,2%
TOTAL FV SGPS Consolidado	15,5	42,5	27,1	175,2%

Resultado Líquido

Em resultado dos efeitos anteriormente descritos, ao nível do Resultado Líquido consolidado, as principais variações e o contributo das áreas de negócio foram os seguintes:

Resultado Líquido Consolidado (Milhões de Euros)	dez/20	dez/21	Var.	Var %
Distribuição Farmacêutica	6,6	5,2	-1,4	-21,6%
Prestação de Cuidados de Saúde	-7,2	10,3	17,5	244,3%
Sistemas de Informação	1,0	1,3	0,3	29,6%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	-7,5	-6,1	1,4	18,5%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-0,7	-0,8	-0,2	-29,4%
Setor Imobiliário	3,5	3,7	0,2	5,9%
Área Corporativa	-10,5	-11,9	-1,4	-13,8%
Operações descontinuadas	-0,8	-0,1	0,7	87,4%
Ajustamentos de consolidação com impacto em resultado	0,3	0,3	0,0	11,6%
TOTAL	-15,2	1,9	17,1	112,6%

Em termos individuais, o contributo por área de negócio para os períodos de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, é detalhado na secção 2.3.

Situação Patrimonial

No ano de 2021 a situação patrimonial da Farminveste SGPS aumentou em 3,4 Milhões de Euros, dos quais 1,9 Milhões de Euros resultam da incorporação do Resultado Líquido positivo do ano, 0,8 Milhões de Euros resultam de ajustamentos em ativos financeiros, aumento de reservas de reavaliação da área de Prestação de Cuidados de Saúde e ajustamentos em impostos diferidos ativos na Glintt e, por fim, 0,7 Milhões de Euros de entrada de prestações suplementares realizadas pela Associação Nacional das Farmácias.

As restantes variações de balanço resultam dos seguintes efeitos:

- + O Goodwill aumentou 5,8 Milhões de Euros essencialmente por via das aquisições realizadas pela Glintt em 2021 e pela aquisição da HealthPorto pela Alliance Healthcare.
- + As Participações Financeiras aumentaram 11,9 Milhões de Euros, devido ao reconhecimento dos resultados da CUF (+10,3 Milhões de Euros) e do aumento das reservas de reavaliação em 1,5 Milhões de Euros (cujo efeito não passou por resultados);
- + Os Ativos Intangíveis aumentaram 1,2 Milhões de Euros, por via da contabilização da carteira de clientes da entidade adquirida pela Alliance Healthcare e de atividades de Investigação e Desenvolvimento na Glintt (software Globalcare);
- + A rubrica de Outras Contas a Receber aumentou 4,0 Milhões de Euros essencialmente devido aos seguintes efeitos:
 - 6,6 Milhões de Euros do aumento da rubrica de Clientes decorrentes do acréscimo do volume de negócios;
 - +4 Milhões de Euros relativos ao valor da Quinta de Óbidos vendida em 2021 ao Imofarma e reclassificada para a rubrica de ativo disponível para venda;

- -1,3 Milhões de Euros por via dos acordos testagem Covid;
 - -3,7 Milhões de Euros relativo a recebimento de valores associados a processos fiscais e acordos de regularização de dívida de clientes na Alliance Healthcare;
 - -1,2 Milhões de Euros redução de diferimentos;
 - -0,5 Milhões de Euros redução de recebimentos por reclassificação para operações descontinuadas.
- + A rubrica de Outras Contas a Pagar, aumentou, em termos líquidos, 6,3 Milhões de Euros, tendo-se registado um aumento de 8,6 Milhões de Euros essencialmente resultante de diferimentos (+2,5 Milhões de Euros) e rendimentos a reconhecer (+4,8 Milhões de Euros), e, adicionalmente, de um aumento em outras contas a pagar não corrente relacionado com aumento de capital do Fundo Explorer na Glintt e com um valor a regularizar no âmbito do processo de alocação do preço de compra da HealthPorto pela Alliance Healthcare (conjuntamente, +1,3 Milhões de Euros). Estes aumentos foram acompanhados por uma redução de 1,9 Milhões de Euros em passivos detidos para venda (-0,2 Milhões de Euros Cuidafarma em 2020, extinta em 2021 e o restante relativo a passivos por operações descontinuadas, nomeadamente HMR Alemanha, Farbiowell, Servestec, Cuidafarma).
- + Os Inventários registaram um acréscimo de 4,4 Milhões de Euros explicada, essencialmente, pela variação do Volume de Negócios da Alliance Healthcare.
- + Os Outros Ativos Financeiros tiveram uma redução de 4 Milhões de Euros, efeito se que compensa com a reclassificação comentada acima na rubrica de Outras Contas a Receber e que diz respeito à transferência contabilística da Quinta das Janelas em Óbidos.

Situação Patrimonial Consolidado ('000 €)	dez/20	dez/21	Var Abs	Var %
Ativos Tangíveis	94 534	94 780	246	0,3%
Ativos Direitos de Uso	12 490	10 777	-1 714	-13,7%
Propriedades de Investimento	16 454	15 889	-564	-3,4%
Ativos Intangíveis	67 282	68 445	1 163	1,7%
Goodwill	128 839	134 602	5 763	4,5%
Participações Financeiras	32 263	44 123	11 860	36,8%
Impostos, correntes e diferidos	13 377	8 508	-4 869	-36,4%
Inventários	65 542	69 946	4 404	6,7%
Outras Contas a Receber	128 046	132 013	3 967	3,1%
Outros Ativos Financeiros	13 425	9 412	-4 014	-29,9%
Caixa e Depósitos Bancários	19 746	14 275	-5 471	-27,7%
Ativo	591 998	602 769	10 771	1,8%
Capital Próprio	104 676	108 100	3 424	3,3%
Resultado Líquido	-15 164	1 916	17 079	112,6%
Interesses Minoritários	55 376	59 881	4 505	8,1%
Financiamentos Obtidos	262 058	258 520	-3 538	-1,4%
Financiamentos Obtidos - Direitos de Uso	11 633	9 967	-1 666	-14,3%
Outras Contas a Pagar	132 130	138 472	6 341	4,8%
Impostos, correntes e diferidos	16 378	18 658	2 280	13,9%
Provisões	9 748	9 172	-576	-5,9%
Total Passivo	431 947	434 789	2 842	0,7%
Capital Próprio e Passivo	591 998	602 769	10 771	1,8%

Dívida Líquida

A Dívida Líquida consolidada, que resulta do somatório das rubricas de Caixa e Depósitos Bancários e Financiamentos Obtidos, aumentou 1,9 Milhões de Euros em 2021, apresentou as seguintes variações ao nível das empresas:

Tabela 1

Dívida Líquida Consolidada ('000 €)	dez/20	dez/21	Var.	Var. %
FV IPG FV SGPS	106 667	118 059	11 392	10,7%
AH	71 049	61 960	-9 088	-12,8%
Glintt	37 000	37 909	909	2,5%
Imofarma	23 851	22 458	-1 393	-5,8%
HMR	3 744	3 858	114	3,0%
TOTAL	242 312	244 245	1 933	0,8%

Tabela 2

'000 Euros	dez/20	dez/21	Var.	Var. %
Dívida Líquida Consolidada FV SGPS	242 312	244 245	1 933	0,8%
Longo prazo	127 188	152 643	25 456	20,0%
IPG SGPS	65 198	99 634	34 435	52,8%
AH	2 601	1 588	-1 013	-38,9%
Glintt	32 068	26 301	-5 767	-18,0%
Imofarma	23 134	21 152	-1 983	-8,6%
HMR	4 187	3 969	-217	-5,2%
Curto prazo	134 870	105 877	-28 994	-21,5%
IPG SGPS	41 961	18 547	-23 414	-55,8%
AH	73 587	66 553	-7 034	-9,6%
Glintt	16 909	18 602	1 693	10,0%
Imofarma	1 658	1 658	-	0,0%
HMR	755	517	-238	-31,5%
Caixa	-19 746	-14 275	5 471	-27,7%
IPG SGPS	-492	-122	370	-75,2%
AH	-5 139	-6 180	-1 041	20,3%
Glintt	-11 977	-6 993	4 984	-41,6%
Imofarma	-941	-352	589	-62,6%
HMR	-1 197	-629	569	-47,5%

- + Farminveste SGPS | Farminveste IPG: No conjunto das duas sociedades verificou-se um aumento da Dívida Líquida global de **11,4 M€**, dos quais **+8,7** Milhões de Euros foram registados nas contas individuais da Farminveste SGPS (pela via da emissão obrigacionista concluída em outubro de 2021, da qual resultou um aumento de subscrições de 10,3 Milhões de Euros e o reembolso de 1,6 Milhões de Euros de obrigações não trocadas), e onde o excedente líquido deste aumento de dívida foi posteriormente canalizado para financiar a Farminveste IPG. Ainda assim, esta participada aumentou também **+2,6 Milhões de Euros** através da utilização de linhas de curto prazo.
 - Estes 11,4 M€ das duas empresas, foram usados da seguinte forma:
 - 5,9 M€ pagamentos relativos a serviço da dívida;
 - 1,5 M€ pagamento de capex;
 - 4 M€ financiamento participadas, designadamente HMR e Marcas Próprias.
- + Alliance Healthcare: redução líquida de **- 9,1** Milhões de Euros;
- + Glintt: aumento líquido de **+ 0,9** Milhões de Euros;
- + Imofarma: redução líquida de **+ 1,4** Milhões de Euros.
- + HMR: aumento de **+ 0,1** Milhões de Euros

Adicionalmente, e conforme referido anteriormente, a conclusão do processo de reestruturação da dívida da Farminveste IPG, ficou concluído em setembro 2021, e permitiu reestruturar cerca de 83 Milhões de Euros de passivos financeiros bancários, dos quais 43,5 Milhões de Euros diziam respeito a produtos de Médio Longo Prazo e 39,5 Milhões de Euros diziam respeito a produtos de curto prazo. Assim, a reestruturação permitiu:

- + Conversão de 27,5 Milhões de Euros de linhas de curto, em médio longo prazo, com um plano de amortizações crescente até 2032;
- + Alargamento da maturidade de todo o passivo bancário de médio longo prazo, com um plano de amortizações crescentes até 2032, convertendo responsabilidades no prazo de 12 meses, em responsabilidades de médio longo prazo, no montante global de 14,2 Milhões de Euros.

A evolução final dos passivos financeiros de Curto e Médio Longo Prazo da Farminveste e das demais empresas é visível na tabela 2, acima.

Recorde-se ainda, que o momento da conclusão do acordo foi extremamente relevante para a Farminveste IPG, uma vez que coincidiu com o fim do período de moratórias atribuído às empresas na sequência da pandemia Covid e que possibilitou que:

- + Entre 1 abril 2020 e 30 de setembro 2021 a Farminveste não tenha realizado cerca de 11,5 M€ de reembolsos de capital por beneficiar das moratórias,

e também,

- + Entre 1 abril 2020 e 31 de março 2021 a Farminveste não realizou pagamento de cerca de 1,3 M€ de juros relativos aos financiamentos abrangidos pelas moratórias.

2.3 PERFORMANCE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

A Farminveste SGPS detém a Farminveste IPG a 100%, que é a sociedade do Grupo que concentra as atividades empresariais do Universo Empresarial ANF, quer através da participação em outras sociedades, quer através do desenvolvimento de atividades estratégicas que, no final, contribuem para a valorização do portfólio de investimentos da Farminveste SGPS.

Em termos individuais, o contributo para os resultados consolidados alcançados por área de negócio para os períodos de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, é detalhado nos mapas abaixo.

dez/21	Contas individuais							Contas consolidadas				
	Valores em '000 €	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas de Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Des. da Atividade da Farmácia	Sector Imobiliário	Área Corporativa	Total	Eliminação de operações intragrupo	Operações descontinuadas	Ajustamentos de consolidação com impacto em resultado*
Volume de Negócios	673 089	-	102 574	12 596	18 193	5 210	14 367	826 030	(26 908)	-	-	799 122
EBITDA	21 362	10 345	14 441	(3 363)	(657)	5 065	710	47 902	-	-	(5 360)	42 542
Amortizações / Provisões	(7 035)	-	(6 916)	(1 810)	(143)	-	(5 301)	(21 205)	293	-	4 932	(15 980)
Resultados financeiros	1 815	-	(2 394)	(276)	(5)	(566)	(5 739)	(7 164)	-	-	443	(6 721)
Interesses não controlados	(1 017)	-	(530)	154	-	-	-	(1 393)	-	-	9	(1 383)
Resultado Líquido	10 112	10 345	1 693	(6 074)	(824)	4 499	(11 900)	7 852	293	(102)	49	8 093
Interesses minoritários	(4 955)	-	(400)	-	(20)	(802)	-	(6 177)	-	-	-	(6 177)
Resultado Líquido consolidado	5 157	10 345	1 294	(6 074)	(844)	3 697	(11 900)	1 675	293	(102)	49	1 916

* Os ajustamentos de consolidação com impacto em resultado incluem a eliminação da aplicação da IFRS 16 e ativos arrendados internamente, recálculo de ativos alienados internamente com mais-valia.

dez/20	Contas individuais							Contas consolidadas				
	Valores em '000 €	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas de Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Des. da Atividade da Farmácia	Sector Imobiliário	Área Corporativa	Total	Eliminação de operações intragrupo	Operações descontinuadas	Ajustamentos de consolidação com impacto em resultado*
Volume de Negócios	651 250	-	91 639	13 387	17 208	5 220	15 705	794 410	(27 744)	-	-	766 666
EBITDA	20 904	(7 168)	12 846	(7 828)	(527)	4 848	(2 195)	20 879	-	-	(5 423)	15 456
Amortizações / Provisões	(7 011)	-	(7 283)	(1 656)	(133)	-	(4 638)	(20 722)	147	-	5 051	(15 523)
Resultados financeiros	(736)	-	(2 346)	(174)	(7)	(599)	(4 779)	(8 641)	-	-	556	(8 085)
Interesses não controlados	(732)	-	76	86	-	-	-	(570)	-	-	24	(546)
Resultado Líquido	12 907	(7 168)	1 308	(7 453)	(649)	4 250	(10 457)	(7 263)	147	(807)	160	(7 762)
Interesses minoritários	(6 330)	-	(309)	-	(3)	(759)	-	(7 401)	-	-	-	(7 401)
Resultado Líquido consolidado	6 577	(7 168)	999	(7 453)	(652)	3 490	(10 457)	(14 664)	147	(807)	160	(15 164)

* Os ajustamentos de consolidação com impacto em resultado incluem a eliminação da aplicação da IFRS 16 e ativos arrendados internamente, recálculo de ativos alienados internamente com mais-valia.

A performance individual das Unidades de Negócio que constituem o Universo Empresarial ANF, excluindo os efeitos de consolidação (motivo pelo qual alguns valores deste capítulo 2.3 diferem dos apresentados no capítulo 2.2, que excluem as operações entre empresas do Grupo), é detalhada seguidamente.

Distribuição Farmacêutica

	Volume de Negócios	€673,1M
	Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	+€21,4M
	Resultado Líquido	+€10,1M

O investimento da Farminveste na área da Distribuição Farmacêutica materializa-se através da participação maioritária (51%) na Alliance Healthcare, que gerou no ano de 2021 um Volume de Negócios Consolidado de 673,1 Milhões de Euros.

Comparativamente com igual período do ano anterior, verificou-se um crescimento das vendas de 3,4% (+21,8 Milhões de Euros) face igual período de 2020 resultante, essencialmente, da retoma da atividade económica, sobretudo a partir de abril de 2021. A variação no CMVMC acompanhou a variação das vendas, o que permitiu a manutenção da Margem Bruta em percentagem.

O Resultado Operacional Bruto de 2021 foi de 21,4 Milhões de Euros, em linha com o apurado em 2020, sendo que para este resultado contribuiu o aumento da margem bruta, a redução dos gastos com o pessoal, a reversão de imparidades e outros ganhos (recuperação de dívidas incobráveis e alienação de investimentos financeiros), que absorveu o aumento dos fornecimentos e serviços externos e de outros gastos (nomeadamente impostos e dívidas incobráveis).

Alliance Healthcare ('000 €)	dez/20	dez/21	Var	Var%
Volume de Negócios	651 250	673 089	21 839	3,4%
CMVMC	-593 981	-613 521	-19 540	-3,3%
Margem Bruta	57 270	59 568	2 298	4,0%
FSE	-18 940	-20 598	-1 658	-8,8%
Gastos com o Pessoal	-19 355	-18 868	487	2,5%
Provisões e imparidades	4 138	4 354	216	5,2%
Outros ganhos	566	982	416	73,6%
Outros gastos	-2 775	-4 076	-1 301	-46,9%
EBITDA	20 904	21 362	458	2,2%
Amortizações	-7 011	-7 035	-24	-0,3%
Resultados financeiros	-736	1 815	2 551	346,7%
Impostos	482	-5 013	-5 495	-1140,3%
Interesses minoritários	-732	-1 017	-286	-39,1%
Resultado Líquido dos detentores de capital	12 907	10 112	-2 795	-21,7%

No ano de 2021, o Resultado Líquido da Alliance Healthcare ascendeu a 10,1 Milhões de Euros, o que representou um decréscimo de 2,8 Milhões de Euros (-21,7%) face ao período homólogo de 2020, resultando, essencialmente, de um agravamento dos impostos (por via do agravamento do imposto corrente do exercício no montante de 1,1 Milhões de Euros, e da reversão de perdas por imparidade de 4 Milhões de Euros, consideradas como custo fiscal em 2020, e que não existiram em 2021) e do montante de interesses minoritários. Estes efeitos foram em parte anulados por um aumento 2,6 Milhões de Euros nos resultados financeiros (decorrente do recebimento de juros de mora e compensatórios associados aos processos fiscais resolvidos a favor da empresa em 2021). Este desempenho ao nível dos resultados financeiros contribuiu para a melhoria dos resultados financeiros do consolidado da Farminveste SGPS em 1,4 Milhões de Euros.

Prestação de Cuidados de Saúde



Contributo para o Resultado Operacional Bruto (EBITDA)

+€10,3M

Os resultados da Farminveste SGPS na área da Prestação de Cuidados de Saúde derivam do resultado de duas participações minoritárias, de 30% e 27%, respetivamente, nas empresas CUF e José de Mello Residências e Serviços.

A incorporação dos resultados destas sociedades teve um impacto no EBITDA consolidado de +10,3 Milhões de Euros (essencialmente devido à incorporação dos resultados da CUF), os quais comparam com -7,2 Milhões de Euros em igual período de 2020.

A melhoria do desempenho ao nível do resultado líquido reflete o aumento do volume de negócios em 2021, em resultado de uma progressiva retoma da atividade assistencial.

Sistemas de Informação

	Volume de Negócios	€102,6M
	Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	+€14,6M
	Resultado Líquido	+€1,6M

O investimento da Farminveste SGPS na área de Sistemas de Informação materializa-se através da participação maioritária indireta na Glintt que encerrou o ano de 2021 com um Volume de Negócios de 102,6 Milhões de Euros, o que representou um crescimento de +11,9% face a 2020.

Este crescimento teve origem quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, neste com especial relevância para o mercado espanhol.

O crescimento no mercado nacional representou cerca de 7%, com um aumento de 4,7 Milhões de Euros, e o mercado internacional cresceu cerca de 27%, com um aumento em volume de cerca de 6,3M€.

Em termos de resultados operacionais, a Glintt encerrou o ano de 2021 com um EBITDA de 14,6 Milhões de Euros, superior em 13,9% ao resultado alcançado em 2020. Para este desempenho, contribuíram as novas aquisições (+0,8 Milhões de Euros) mas também os negócios da Glintt GIT, Glintt HS, Consoft, Loginfar e HLTSYS (+0,8 Milhões de Euros de EBITDA).

Glintt ('000 €)	dez/20	dez/21	Var	Var%
Volume de Negócios	91 639	102 574	10 935	11,9%
CMVMC	-13 970	-14 230	-259	-1,9%
Subcontratos	-18 356	-21 375	-3 019	-16,4%
Margem Bruta	59 312	66 969	7 656	12,9%
FSE	-9 523	-11 064	-1 541	-16,2%
Gastos com o Pessoal	-41 479	-45 278	-3 799	-9,2%
Ganhos/Perdas MEP	0	-16	-16	0,0%
Outros ganhos/gastos	4 536	4 019	-517	-11,4%
EBITDA	12 846	14 629	1 783	13,9%
Amortizações	-6 815	-6 570	246	3,6%
Perdas por imparidade	-468	-553	-84	-18,0%
Ganhos/Perdas imputados de Associadas	0	47	47	0,0%
Resultados financeiros	-2 345	-2 423	-78	-3,3%
Impostos	-1 986	-2 908	-922	-46,4%
Atividades descontinuadas	-45	-89	-44	-96,6%
Interesses minoritários	76	-530	-606	-797,4%
Resultado Líquido dos detentores de capital	1 262	1 604	342	27,1%

O Resultado Líquido de 2021 ascendeu a 1,6 Milhões de Euros, representando um crescimento de 27,1% face a 2020, tendo-se verificado que o resultado operacional foi parcialmente absorvido por maiores custos com impostos e interesses minoritários.

Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico

	Volume de Negócios	€12,6M
	Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	-€3,4M
	Resultado Líquido	-€6,0M

O investimento da Farminveste SGPS na área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico materializa-se através da holding HMR International, que consolida o negócio das suas participadas em 3 geografias - Portugal, Espanha e Irlanda.

A HMR International apresentou nas suas contas consolidadas do ano de 2021 um Volume de Negócios de 12,6 Milhões de Euros, ou seja, menos 5,9% do que em 2020, em resultado da redução da atividade internacional, em particular na Irlanda e, em menor medida, em Espanha.

O Resultado Operacional Bruto desta área de negócio ascendeu a -3,4 Milhões de Euros no período em análise, o que representou uma melhoria de 4,5 Milhões de Euros face a 2020, resultante das poupanças alcançadas nos custos com FSE e Gastos com o Pessoal.


A evolução dos resultados é apresentada por rubrica no mapa resumo anexo.

HMR ('000 €)	dez/20	dez/21	Var	Var%
Volume de Negócios	13 387	12 596	-791	-5,9%
Margem Bruta	13 387	12 596	-791	-5,9%
FSE	-14 056	-12 110	1 946	13,8%
Gastos com o Pessoal	-7 317	-3 956	3 361	45,9%
Provisões e imparidades	-178	55	233	131,1%
Outros ganhos	486	126	-361	-74,2%
Outros gastos	-151	-75	76	50,4%
EBITDA	-7 828	-3 363	4 465	57,0%
Amortizações	-1 656	-1 810	-154	-9,3%
Resultados financeiros	-174	-276	-102	-58,7%
Impostos	2 120	-779	-2 899	-136,8%
Atividades descontinuadas	525	104	-421	-80,1%
Interesses minoritários	86	154	69	80,0%
Resultado Líquido dos detentores de capital	-6 927	-5 969	958	13,8%

O desempenho a nível operacional foi consumido por um agravamento dos impostos e dos resultados financeiros e, também, pela diminuição do efeito da reversão de provisões constituídas no âmbito das atividades descontinuadas (HMR Alemanha).

Assim, o Resultado Líquido no ano de 2021 ascendeu a -6,0 Milhões de Euros, o que representou uma melhoria de 13,8% que se traduz em 1,0 Milhões de Euros face a 2020. No âmbito do pilar estratégico relativo à sustentabilidade e salvaguarda do balanço, em 2021 a Farminveste tomou a decisão estratégica de abrir a HMR à cooperação com outros parceiros, processo que está atualmente em curso.

Desenvolvimento da Atividade da Farmácia

	Volume de Negócios	€18,2M
	Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	-€0,7M
	Resultado Líquido	-€0,9M

Atualmente, a atividade desenvolvida nesta área de negócio incorpora a exploração do Programa Farmácias Portuguesas e a atividade das empresas Aponatura, Globalvet e Go Far.

Ao nível das Farmácias Portuguesas, verificou-se, em 2021, um crescimento do Volume de Negócios de 1,0 Milhões de Euros (+6,2%) resultante do Programa de Fidelização Saúde. Porém, este crescimento foi absorvido pelo aumento dos respetivos custos operacionais.


Por outro lado, as marcas Aponatura, Globalvet e Go Far contribuíram positivamente para a melhoria do resultado operacional, por via do aumento do Volume de Negócios na Aponatura e da redução de custos operacionais em todas as empresas.

Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	dez/20	dez/21	Var	Var%
Volume de Negócios	17 208	18 193	985	5,7%
Farmácias Portuguesas	16 456	17 469	1 012	6,2%
Aponatura	166	219	53	32,0%
Globalvet	586	505	-81	-13,8%
EBITDA	-527	-657	-130	-24,7%
Farmácias Portuguesas	-155	-526	-371	-238,9%
Aponatura	6	64	59	1020,4%
Globalvet	-122	37	159	130,5%
Go Far	-256	-233	23	9,0%
Amortizações	-133	-143	-11	-8,0%
Farmácias Portuguesas	-106	-119	-13	-12,6%
Aponatura	0	0	0	0,0%
Globalvet	-27	-24	3	10,1%
Resultado financeiro	-7	-5	3	37,9%
Farmácias Portuguesas	-6	-3	3	51,1%
Aponatura	0	0	0	0,0%
Globalvet	-2	-2	0	-11,5%
Resultado líquido	-1 936	-944	992	51,2%
Farmácias Portuguesas	-267	-648	-381	-142,7%
Aponatura	4	50	45	1003,3%
Globalvet	-125	11	137	109,0%
Go Far	-256	-233	23	9,0%
Farbiowell	-682	-229	452	66,4%
Cuidafarma	-289	0	289	100,0%
Servestec	-322	105	427	132,8%

Relativamente às empresas Cuidafarma, Servestec e Farbiowell, uma vez que em 2020 foram consideradas atividades descontinuadas, os seus efeitos são visíveis apenas ao nível da rubrica de resultados líquidos. Com efeito, a Cuidafarma foi alienada no primeiro semestre de 2021, a Servestec foi liquidada no segundo semestre de 2021 e a Farbiowell estima-se que seja liquidada durante o exercício de 2022.

Assim, a performance ao nível do resultado líquido resulta, essencialmente, do efeito da decisão estratégica tomada em relação à Farbiowell, Cuidafarma e Servestec que, em 2020, representavam um consumo de recursos e um impacto no resultado líquido negativo total de -1,3 Milhões de Euros e, em 2021, originaram uma perda de apenas 124 mil Euros.

Setor Imobiliário

	Volume de Negócios	€5,2M
	Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	+€5,1M
	Resultado Líquido	+€4,5M

O investimento da Farminveste SGPS nesta área de negócio materializa-se através da participação maioritária indireta no Fundo Especial de Investimento Fechado Imofarma.

O volume de negócios do Fundo Imofarma manteve-se em linha com o registado em 2020, evidenciando a estabilidade ao nível dos arrendamentos e da taxa de ocupação dos espaços.

O Resultado Operacional Bruto ascendeu a 5,1 Milhões de Euros, o que representou uma melhoria de 0,2 Milhões de Euros (+4,5%) face a igual período do ano anterior, que resultou, essencialmente, de poupança ao nível de fornecimentos e serviços externos.

Imofarma ('000 €)	dez/20	dez/21	Var	Var%
Volume de Negócios	5 220	5 210	-10	-0,2%
Margem Bruta	5 220	5 210	-10	-0,2%
FSE	-1 438	-1 089	350	24,3%
Provisões e imparidades	12	-91	-103	-862,5%
Outros ganhos	1 403	1 352	-51	-3,7%
Outros gastos	-348	-317	32	9,2%
EBITDA	4 848	5 065	217	4,5%
Resultados financeiros	-599	-566	33	5,5%
Resultado Líquido dos detentores de capital	4 250	4 499	249	5,9%

O Resultado Líquido desta unidade de negócio ascendeu a 4,5 Milhões de Euros, que compararam com 4,3 Milhões de Euros em 2020, tendo-se verificado uma melhoria de 0,2 Milhões de Euros, por via dos efeitos referidos anteriormente e de menores encargos financeiros.

No âmbito do pilar estratégico relativo à sustentabilidade e salvaguarda do balanço, o acompanhamento e revisão do plano de negócios do Imofarma poderá consubstanciar-se na eventual alienação de ativos não produtivos.

Área Corporativa

	Volume de Negócios	€14,4M
	Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	+€0,7M
	Resultado Líquido	-€11,9M

Os resultados da Área Corporativa incorporam os Serviços Partilhados do Grupo, que, a partir de final de 2020, passaram a estar integrados na Farminveste IPG por força da operação de fusão com a Farminveste 4 Serviços, assim como os demais custos gerais, como sejam os encargos financeiros e impostos não redistribuídos pelas áreas de negócio.

O Volume de Negócios desta unidade (já descontando o efeito da componente do Programa Farmácias Portuguesas que se encontra considerado na área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia) ascendeu a aproximadamente 14,4 Milhões de Euros, na sua maioria direcionado para o Grupo.

A redução do Volume de Negócios em 2021 face a 2020 decorreu, essencialmente, do efeito de transferência do serviço da Área de Tecnologia para a Glintt.

Em 2021, o Resultado Operacional Bruto desta área ascendeu a 0,7 Milhões de Euros, que se decompõe da seguinte forma:

Área Corporativa ('000 €)	dez/20	dez/21	Var	Var%
Rendimentos	15 705	14 367	-1 338	-8,5%
CMVMC	-16	0	16	100,0%
Margem Bruta	15 689	14 367	-1 322	-8,4%
FSE	-12 112	-10 435	1 677	13,8%
Gastos com pessoal	-5 774	-3 071	2 703	46,8%
Provisões e imparidades	137	-151	-288	-209,9%
Outros ganhos	175	118	-57	-32,6%
Outos gastos	-311	-119	192	61,7%
EBITDA	-2 195	710	2 905	132,3%
Amortizações	-4 638	-5 301	-663	-14,3%
Resultados financeiros	-4 779	-5 739	-959	-20,1%
Impostos	1 155	-1 571	-2 726	-235,9%
Resultado Líquido dos detentores de capital	-10 457	-11 900	-1 443	-13,8%

A redução do Volume de Negócios foi mais do que compensada com uma melhoria dos custos com FSE e pessoal em 4,4 Milhões de Euros e com uma melhoria de outros gastos operacionais (nomeadamente correções relativas a anos anteriores, abates, e quotizações), que contribuiriam para uma melhoria do EBITDA em 2,9 milhões de Euros.

A nível do Resultado Líquido a variação entre períodos é de -1,4 Milhões de Euros, devido ao impacto negativo das amortizações e dos gastos de financiamento, e ao agravamento dos impostos por via do reconhecimento de ativos por impostos diferidos, como resultado da adoção de uma política mais conservadora na elaboração dos planos de negócios que careciam de maiores investimentos, face aos atualmente projetados.

3. GESTÃO DO RISCO

O processo de Gestão do Risco tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados a cada negócio, promovendo igualmente as ações necessárias à sua mitigação ou eliminação dos impactos negativos que esses riscos possam vir a produzir na sustentabilidade operacional e financeira da sociedade.

A sociedade encontra-se exposta a um conjunto de riscos de externos e ou de mercado, como sejam todos os que, de forma direta ou indireta, tenham impacto numa eventual quebra da procura, ou na subida dos gastos de produção, e também a riscos internos, ou seja, aqueles que resultam do seu contexto empresarial e financeiro, como seja o risco de liquidez, de financiamento e de exposição às variações das taxas de juro decorrentes do seu passivo financeiro, entre outros.

Nesta medida, o processo de Gestão do Risco procura atuar essencialmente ao nível dos riscos internos, nomeadamente, riscos financeiros e operacionais aos quais a Sociedade se encontra exposta, por força da sua situação económica e financeira, atual e prospetiva, sendo as principais medidas implementadas neste âmbito, as seguintes:

- + **Risco de Liquidez** - A política de financiamento do Grupo, prevê a necessidade de, a cada momento, existir um plano de recursos, suficiente para suprir os compromissos da sociedade. Este plano de recursos deverá assegurar que os fundos captados através de fontes externas ou acionistas, permite assegurar financeiramente todas as responsabilidades da sociedade, bem como a capitalização das suas participadas. Deverá garantir igualmente que o reembolso da dívida existente, e o pagamento da remuneração do acionista, está de acordo com o plano de investimentos da sociedade e a manutenção de rácios de sustentabilidade adequados. A sociedade prepara em bases anuais, os orçamentos de tesouraria que resultam do orçamento económico, e acompanha mensalmente essa evolução. Adicionalmente, são revistos anualmente os planos de tesouraria a 5 anos, com o propósito de antecipar a necessidade de fundos necessários ao cumprimento da agenda estratégica do Grupo. Neste contexto, a sociedade tem tentado minimizar o risco de liquidez, através da reestruturação do seu passivo financeiro, quer nomeadamente através da diversificação de intervenientes, quer através de contratação de produtos com maturidade alinhada com a sua agenda económica.

- + **Risco de variação das taxas de juro** - Devido essencialmente à evolução do indexante aplicável às taxas de juro variáveis, a sociedade tem vindo a acompanhar a evolução do mercado de derivados associados à evolução desse indexante e a estabelecer gradualmente uma política de contratação de produtos de cobertura e/ou substituição de produtos de financiamento de taxa variável por taxa fixa.
- + **Risco de crédito** - Este risco decorre da possibilidade de incumprimento do pagamento por parte dos clientes e outros devedores em dívida. Este risco é monitorizado numa base mensal, com o objetivo de acompanhar a evolução do montante dos saldos a receber e respetiva recuperabilidade, procedendo-se à implementação de medidas extraordinárias, sempre que o risco se verifica.
- + **Risco de preço (e margem)** - Este risco é estrutural em alguns negócios do Grupo, em especial naqueles onde existe uma forte regulamentação. Neste contexto, a sociedade negocia os contratos de aquisição dos produtos junto dos seus fornecedores, para um horizonte temporal de 2-3 anos de forma a fixar os preços no médio prazo.
- + **Risco cambial** - as transações de bens e serviços em moedas diferentes do euro têm um peso residual no total dos movimentos efetuados, não atingindo os 10% definidos pela empresa como limite máximo a partir do qual deverão ser implementadas estratégias de cobertura do risco cambial.



4. PERSPETIVAS FUTURAS

Para 2022, em virtude do contexto de pandemia e dos recentes desenvolvimentos a nível geopolítico, e, também, da reflexão estratégica efetuada no seguimento da eleição dos órgãos sociais para o triénio 2021-2023, a Administração da Farminveste SGPS manterá o foco na eficiência operacional e no controlo rigoroso de custos, em particular nas áreas de *backoffice*, assim como no acompanhamento rigoroso e reavaliação do plano de negócios do grupo empresarial (que poderá consubstanciar-se na celebração de parcerias e na alienação de ativos não produtivos), na redução da Dívida Líquida e na melhoria dos indicadores de solvabilidade e de liquidez, nomeadamente através da nova emissão obrigacionista que se concluirá no decorrer de 2022. Estas medidas são essenciais para garantir a implementação das restantes prioridades estratégicas, nomeadamente as relacionadas com o desenvolvimento da atividade das Farmácias e com a promoção da coesão da rede e a sustentabilidade dos projetos.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Farminveste SGPS propõe que o Resultado Líquido Individual apurado no exercício, no montante de €1.915.667, seja aplicado da seguinte forma:

Reserva legal	€95.783
Resultados transitados	€1.819.884

O Conselho de Administração

Abel Bernardino Teixeira Mesquita
Presidente

José Luís Bonifácio Lopes
Vogal

Luís Miguel Reis Sobral
Vogal

Rui Manuel Assoreira Raposo
Vogal

Manuel Maria Corrêa Henriques de Lança Cordeiro
Vogal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em Euros (€)

Demonstração da Posição Financeira (Contas Individuais)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		132 894 796	120 427 326
Ativos fixos tangíveis	6	13	66
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	106 482 520	99 098 302
Outros créditos a receber	9	-	14 385 000
Outros ativos financeiros	7	26 412 262	6 943 958
Ativo corrente		25 018	65 758
Estado e outros entes públicos	10	8 392	3 313
Diferimentos	11	11 275	40 019
Caixa e depósitos bancários	4	5 351	22 427
Total do ativo		132 919 814	120 493 084
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		108 099 730	104 675 606
Capital social	12	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	12	700 000	-
Reserva legal	12	1 370 965	1 370 965
Resultados transitados	12	2 397 381	17 561 203
Ajustamentos em ativos financeiros	12	1 715 716	907 260
Resultado líquido do período		1 915 667	-15 163 822
Passivo não corrente		14 350 705	10 400 000
Financiamentos obtidos	13	13 663 705	10 000 000
Financiamentos obtidos Grupo	13	687 000	400 000
Passivo corrente		10 469 379	5 417 478
Fornecedores	8	112 612	7 867
Estado e outros entes públicos	10	-	3 785
Outras dívidas a pagar	9	356 768	405 826
Financiamentos obtidos	13	10 000 000	5 000 000
Total do Passivo		24 820 084	15 817 478
Total do Capital Próprio e do Passivo		132 919 814	120 493 084

Lisboa, 18 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados Por Natureza (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	Notas	2021	2020
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	2 575 762	-14 859 736
Fornecimentos e Serviços externos	14	-359 940	-133 056
Gastos com o pessoal	15	-28 791	-136 278
Outros rendimentos	16	235	146
Outros gastos	16	-70 438	-65 929
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 116 829	-15 194 852
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-53	-53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 116 776	-15 194 905
Juros e rendimentos similares obtidos	17	491 251	612 179
Juros e gastos similares suportados	17	-691 174	-581 096
Resultado antes de impostos		1 916 853	-15 163 822
Imposto sobre o rendimento do período	18	-1 185	-
Resultado Líquido do Período		1 915 667	-15 163 822

Lisboa, 18 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	2021	2020
Resultado Líquido do Período	1 915 667	-15 163 822
Total rendimento integral do período	1 915 667	-15 163 822

Lisboa, 18 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(290 064)	(293 879)
Pagamentos ao pessoal		(58 534)	(133 259)
Caixa gerada pelas operações		(348 598)	(427 138)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10)	-
Outros recebimentos/pagamentos		(3 736)	(843)
Recebimentos/Pagamentos Intragrupo			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(352 344)	(427 981)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Empresas Grupo		(15 000)	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros		406 964	612 718
Empresas Grupo		15 000	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		406 964	612 718
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		700 000	-
Outras operações de Financiamento		607 000	810 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		8 663 705	-
Juros e gastos similares		(577 400)	(572 742)
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(8 860 000)	-
Outras operações de financiamento		(605 000)	(525 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(71 695)	(287 742)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(17 075)	(103 006)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 e 13	22 427	125 432
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 e 13	5 351	22 427

Lisboa, 18 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Individuais)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	
Posição a 01.01.2021		100 000 000	-	1 370 965	17 561 203	907 260	-15 163 822	104 675 606
Alterações no período								
Aplicação de resultados		-	-	-	-15 163 822	-	15 163 822	-
		-	-	-	-15 163 822	-	15 163 822	-
Resultado líquido do período	12						1 915 667	1 915 667
Resultado integral							1 915 667	1 915 667
Operações com detentores do Capital no período								
Realizações de Capital								
Outras Operações		-	700 000	-	-	808 456	-	1 508 456
		-	700 000	-	-	808 456	-	1 508 456
Posição a 31.12.2021		100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 667	108 099 730

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no Capital Próprio	Resultado líquido do período	
Posição a 01.01.2020		100 000 000	-	1 249 025	15 553 080	-899 876	2 438 790	118 341 020
Alterações no período								
Aplicação de resultados		-	-	121 940	2 316 851	-	-2 438 790	-
		-	-	121 940	2 316 851	-	-2 438 790	-
Resultado líquido do período	12						-15 163 822	-15 163 822
Resultado integral							-15 163 822	-15 163 822
Operações com detentores do Capital no período								
Outras Operações		-	-	-	-308 728	1 807 136	-	1 498 408
		-	-	-	-308 728	1 807 136	-	1 498 408
Posição a 31.12.2020	-	100 000 000	-	1 370 965	17 561 203	907 260	-15 163 822	104 675 606

Lisboa, 18 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Individuais)

Exercício de 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina nº. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20.000.000 de ações de categoria A e B (17.500.000 e 2.500.000, respetivamente), no valor nominal de €5,00, de natureza escritural e nominativa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta (ou outro) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento básico	de 1 a 20 anos
Equipamento de transporte	de 4 a 6 anos
Equipamento administrativo	de 4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INVENTÁRIOS (IAS 2)

Os inventários incluem, essencialmente, matérias-primas, material de embalagem, produto intermédio e produto acabado e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

LOCAÇÕES (IAS 17)

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos locados; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros

incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados e de outro rendimento integral do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

RÉDITO (IAS 18)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- + Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- + A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- + O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- + É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- + Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- + O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- + É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- + Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- + A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data exetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expetativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital Próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

SUBSÍDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados de acordo com os gastos incorridos.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- + Clientes;
- + Outros créditos a receber;
- + Estado e outros entes públicos;
- + Fornecedores;
- + Financiamentos obtidos; e
- + Outras dívidas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- + Existir compromisso da Entidade; ou
- + Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- + Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgados nas notas correspondentes do anexo.

3.3 – Normas, alterações e interpretações a normas existentes

Ocorreu, em 2021, um conjunto de alterações às IAS/IFRS, que se apresentam seguidamente, e que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2021.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2021:

- a) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9'. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- b) **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16** (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de juro de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia já endossou:

- c) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

- d) IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- e) IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21 e proíbe o registo de ativos contingentes da entidade adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- f) IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("*building block approach*") ou simplificado ("*premium allocation approach*"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- g) IFRS 17** (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos Resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- h) Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

Apesar destas normas já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adotadas na Farminveste SGPS na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material" em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS *Practice Statement 2*, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- a) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- a) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.
- a) **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17 e permite a adoção de um "overlay"

na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste SGPS.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2 021	2 020
Depósitos à ordem	5 351	22 427
Total de caixa e depósitos bancários	5 351	22 427

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5. PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

A 31 de dezembro 2021, a Farminveste SGPS era detida em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e os restantes 12,24% pertenciam a outros acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2021 as remunerações pagas aos órgãos sociais da Farminveste SGPS foram €16.666,48.

Saldos e transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	2021					
	Contas a pagar (Nota 8)	Contas a receber (Nota 9)	Financiamentos (Nota 13)	Serviços Obtidos	Serviços Prestados	Gastos com Juro
Empresa-mãe	4 003	-	687 000	5 483	-	11 803
Subsidiárias	143 579	-	-	30 849	406 964	-
FV IPG	143 579	-	-	30 849	406 964	-
Outras partes relacionadas	1 039	-	-	17 015	-	-
Glantt	1 039	-	-	17 015	-	-
Total de relações intra-grupo	148 622	-	687 000	53 346	406 964	11 803

Descrição	2020					
	Contas a pagar (Nota 8)	Contas a receber (Nota 9)	Financiamentos (Nota 13)	Serviços Obtidos	Serviços Prestados	Gastos com Juro
Empresa-mãe	-	225 000	400 000	-	-	14 038
Subsidiárias	2 104	14 445 000	-	118 511	612 718	-
FV Serviços	874	-	-	8 952	-	-
FV IPG	1 230	14 445 000	-	109 559	612 718	-
Outras partes relacionadas	4 227	-	-	13 612	-	-
Glantt	4 227	-	-	13 612	-	-
Total de relações intra-grupo	6 331	14 670 000	400 000	132 123	612 718	14 038

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fixos tangíveis da Farminveste SGPS apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2 020	Adições	2 021
Equipamento administrativo	158	-	158
Ativo tangível bruto	158	-	158
Depreciações acumuladas	-93	-53	-146
Depreciações acumuladas	-93	-53	-146
Ativo tangível líquido	66	-53	13

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A Farminveste SGPS detém uma participação financeira de 100,00% na Farminveste IPG, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Através deste método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Farminveste SGPS nos ativos líquidos da Farminveste IPG. Os resultados da Farminveste SGPS incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da Farminveste IPG.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira da empresa participada resume-se como segue:

Descrição	% de participação	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100%	602 748 943	409 973 042	192 775 901	823 273 969	825 849 732

O valor total do investimento financeiro nesta participada ascendia a €132.894.783 com a decomposição seguinte:

Participação de capital	+106.482.520€
Empréstimos concedidos	+26.412.262€

8. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2 021	2 020
Fornecedores	103 990	1 536
Fornecedores empresas mãe (Nota 5)	4 003	-
Fornecedores empresas subsidiárias (Nota 5)	3 579	2 104
Fornecedores outras partes relacionadas (Nota 5)	1 039	4 227
Total fornecedores	112 612	7 867

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2 020
Ativo não corrente		
Outros créditos a receber	-	14 385 000
Suprimentos - Farminveste IPG, S.A. (nota 5)	-	14 385 000
Total de outros créditos a receber ativo	-	14 385 000
Passivo		
Outras dívidas a pagar	356 768	405 826
Remunerações a liquidar	4 084	21 237
Juros a liquidar	-	539
Outras operações com participadas (Nota 5)	-	285 000
Outros acréscimos de gastos	212 684	99 051
Outros credores	140 000	-
Total de outras dívidas a pagar	356 768	405 826

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 decomposição da rubrica Estado e outros entes públicos era a seguinte:

Descrição	2021		2 020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	8 392	-	3 313	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	-	-	1 080
Segurança Social	-	-	-	2 685
Outros	-	-	-	20
Total Estado e outros entes públicos	8 392	-	3 313	3 785

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de diferimentos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2 020
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Outros Gastos a Reconhecer	11 275	40 019
Total dos diferimentos ativos	11 275	40 019

12. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital da Farminveste SGPS era detido em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias e os restantes 12,24% pertenciam a Outros acionistas e encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Capital social	Nº ações	Valor nominal	Categoria das ações	
			Cat. A	Cat. B
100 000 000	17 500 000	5	87 500 000	
	2 500 000	5		12 500 000

As diferentes rubricas constituintes do capital Próprio da Farminveste SGPS, em 2021 e 2020 são como se segue:

Descrição	2021	2020
Capital subscrito	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de Capital Próprio	700 000	-
Reservas legais	1 370 965	1 370 965
Resultados transitados	2 397 381	17 561 203
Ajustamentos em ativos financeiros	1 715 716	907 260
Resultado Líquido do Período	1 915 667	-15 163 822
Total do Capital Próprio	108 099 730	104 675 606

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal ascendia a €1.370.965.

Aplicação de resultado

O resultado líquido individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aplicado, conforme deliberação das Assembleias Gerais de Acionistas:

+ Reserva Legal (5%)	€95 783
+ Resultados Transitados.....	€1 819 884

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de empréstimos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2 020
Não corrente		
Empréstimos obrigacionistas - Obrigações convertíveis (i)	13 663 705	10 000 000
Suprimentos - ANF (Nota 5) (ii)	687 000	400 000
Total financiamentos obtidos não corrente	14 350 705	10 400 000
Corrente		
Empréstimos obrigacionistas - Obrigações convertíveis (i)	10 000 000	5 000 000
Total de financiamentos obtidos	24 350 705	15 400 000

(ii) Em 2020, o valor de 10.000.000€ registado na parcela não corrente corresponde ao empréstimo obrigacionista contraído em 2019 (Obrigações Convertíveis 2019-2022), com juros semestrais à taxa de 3,75% e maturidade de 3 anos, ou seja 2022. No final da maturidade, os detentores do título têm a opção de converter 1 obrigação em 1 ação ordinária da sociedade ou reaver o capital investido (5€ por obrigação). Em dezembro de 2021, este valor foi reclassificado para curto prazo, uma vez que se vence em dezembro de 2022.

Por outro lado, o valor de 5.000.000€ registado na parcela corrente em 2020, corresponde ao valor de reembolso das Obrigações Convertíveis 2018-2021. Em virtude da Oferta Pública de Troca e Subscrição de obrigações concluída em outubro de 2021, parte deste montante (1,6 Milhões de Euros de obrigações não trocadas) foi reembolsado e a parte restante (novas subscrições e obrigações trocadas) foi registada na parcela não corrente. Esta nova emissão (Obrigações Convertíveis 2021-2025) vence juros semestrais à taxa de 4,5% e tem uma maturidade de 4 anos.

(iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a ANF concedeu suprimentos à Farminveste SGPS, no montante de €287.000, que acresceram aos €400.000 concedidos no ano anterior. Estes vencem juros à taxa fixa de 3,5%.

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de fornecimentos e serviços externos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	348 339	128 107
Rendas e alugueres	5 410	-
Publicidade e propaganda	3 942	1 108
Contencioso e notariado	944	355
Conservação e reparação	567	181
Serviços bancários	534	484
Energia e fluidos	165	-
Deslocações e estadas	39	2 523
Comunicação	-	298
Total de fornecimentos e serviços externos	359 940	133 056

15. GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa durante o exercício de 2021 foi de 5 e em 2020 foi de 6. O detalhe da rubrica de Gastos com o Pessoal é o seguinte:

Descrição	2021	2020
Remunerações órgãos sociais	16 666	70 000
Remunerações do pessoal	-7 538	38 427
Encargos sobre remunerações	2 727	25 769
Seguros de acidentes no trabalho	715	660
Indemnizações	15 000	-
Outros gastos com pessoal	1 219	1 422
Total gastos com pessoal	28 791	136 278

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a decomposição das rubricas Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas era a seguinte:

Descrição	2021	2020
Correções relativas a períodos anteriores	235	146
Total de outros rendimentos	235	146
Impostos	7	6
Correções relativas a períodos anteriores	7 811	-
Donativos	220	-
Quotizações	62 400	65 900
Outros não especificados	-	23
Total de outros gastos	70 438	65 929

17. RESULTADOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 a decomposição da rubrica Resultados Financeiros era a seguinte:

Descrição	2021	2020
Juros suprimentos	491 251	612 179
Total de juros e rendimentos similares obtidos	491 251	612 179
Juros empréstimo obrigacionistas	-679 372	-567 058
Juros suprimentos	-11 803	-14 038
Total de juros e gastos similares suportados	-691 174	-581 096

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 22,5%.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual às seguintes taxas:

- + 3% sobre os lucros tributáveis entre €1.500.000 e €7.500.000;
- + 5% sobre os lucros tributáveis entre €7.500.000 e €35.000.000; e
- + 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000.000.

Adicionalmente, para o exercício de 2018 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano ao maior dos seguintes limites:

- + 1.000.000 Euros;
- + 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artº 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo estimou o imposto sobre o rendimento do exercício relativo às empresas em que a Farminveste participa, direta ou indiretamente, pelo menos em 75% do capital, considerando os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, de acordo com o RETGS, o qual é encabeçado pela Farminveste. Todas as empresas do Grupo sediadas em Portugal foram abrangidas pelo referido regime, com exceção das empresas detidas a menos de 75%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 12 anos (6 anos para os incorridos até 2009, 4 anos para os incorridos em 2010 e 2011 e 5 anos para os incorridos entre 2012 e 2013) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, com um limite ao montante da dedução em cada exercício, o qual não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, aplicável também aos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a taxa efetiva de imposto é demonstrada como segue:

Descrição		2021	2020
Resultado antes de impostos	(1)	1 916 853	-15 163 822
Taxa de imposto		22,50%	22,50%
Derrama sobre mat. Coletável		1,50%	1,50%
IRC		21,00%	21,00%
Imposto esperado		431 292	-3 411 860
Ajustamentos:			
Benefícios Fiscais		-66	-1 200
Aplicação MEP		-2 575 762	14 859 736
Outros custos não aceites fiscalmente		7 811	23
Prejuízo para efeitos fiscais		-651 165	-305 263
Insuficiência Estimativa Imposto		10	-
Tributação Autónoma		1 175	
Imposto sobre o rendimento	(2)	1 185	-
Taxa efetiva de imposto	(2)/(1)	0,00%	0,00%

19. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

Descrição		2021	2020
Resultado Líquido do Período		1 915 667	-15 163 822
Nº médio de ações ordinárias		20 000 000	20 000 000
Resultado por ação básico		0,10	-0,76

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2021.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2022, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 24 de fevereiro a Rússia invadiu a Ucrânia o que veio alterar o enquadramento geopolítico. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados por estes acontecimentos, prevendo-se que advenham constrangimentos quer ao nível do agravamento dos preços das matérias-primas, bens intermédios, energéticos e custo de transportes, quer ao nível das cadeias de fornecimento, refletindo-se no aumento dos preços de importação, incluindo do petróleo. Poderá estar em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo, como tal alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade da Entidade, apresentam-se à data incertos.


Lisboa, 18 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS



Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em Euros (€)

Demonstração da Posição Financeira (Contas Consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente		384 522 504	383 667 408
Ativos fixos tangíveis	6	94 779 860	94 533 547
Propriedades de investimento	7	15 889 350	16 453 500
Goodwill	8	134 601 910	128 838 801
Ativos intangíveis	9	68 445 119	67 282 253
Ativos direitos de uso	6	10 776 652	12 490 401
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	10	44 122 673	32 262 705
Outros Ativos financeiros	10	950 520	4 739 274
Outros créditos a receber	13	8 709 083	15 901 434
Ativos por impostos diferidos	11	6 247 336	11 165 493
Ativo corrente		218 246 853	208 330 775
Inventários	12	69 945 589	65 541 846
Clientes	13	93 909 106	87 294 463
Estado e outros entes públicos	13	2 260 684	2 211 440
Outros créditos a receber	13	21 385 825	19 228 444
Diferimentos	14	3 664 482	4 911 386
Outros Ativos financeiros	10	8 460 990	8 686 185
Ativos não correntes disponíveis para venda	26	4 236 392	150 000
Ativos operações descontinuadas	26	108 369	560 733
Caixa e depósitos bancários	4	14 275 417	19 746 279
Total do Ativo		602 769 356	591 998 183
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		167 980 849	160 051 317
Capital subscrito	15	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	15	700 000	-
Reserva legal	15	1 370 965	1 370 965
Resultados Transitados	15	2 397 381	17 561 203
Ajustamentos em Ativos financeiros	15	1 715 716	907 260
Resultado líquido do período		1 915 668	-15 163 823
Capital Próprio antes interesses não controlados		108 099 730	104 675 605
Interesses não controlados	15	59 881 119	55 375 712
Passivo			
Passivo não corrente		182 917 699	158 995 631
Provisões	16	9 172 114	9 747 663
Financiamentos obtidos	17	152 643 465	127 187 961
Financiamentos obtidos - Direito de uso	17	5 827 492	7 533 642
Diferimentos	14	57 943	630 430
Passivos por impostos diferidos	11	8 621 608	8 645 935
Outras dívidas a pagar	13	6 595 076	5 250 000
Passivo corrente		251 870 807	272 951 235
Fornecedores	13	85 680 487	85 549 748
Estado e outros entes públicos	13	10 036 295	7 731 828
Financiamentos obtidos	17	105 876 648	134 870 332
Financiamentos obtidos - Direito de uso	17	4 139 226	4 099 092
Outras dívidas a pagar	13	33 930 788	29 162 075
Diferimentos	14	11 353 884	8 830 773
Passivos operações descontinuadas	26	853 480	2 471 387
Passivos não correntes detidos para venda	26	-	236 000
Total do passivo		434 788 506	431 946 865
Total do capital próprio e do passivo		602 769 356	591 998 183

Demonstração dos Resultados por Natureza (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rendimentos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	18	799 122 045	766 665 911
Subsídios à exploração		986 562	311 879
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	10 077 740	-7 421 865
Variação nos inventários da produção		16 023	-26 762
Trabalhos para a própria entidade	9	4 415 284	5 971 852
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-627 635 323	-607 458 226
Fornecimentos e Serviços externos	19	-73 885 823	-70 538 190
Gastos com o pessoal	20	-72 932 502	-75 742 774
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	-546 308	230 160
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	4 613 316	3 803 588
Provisões (aumentos/reduções)	16	28 984	-43 344
Aumentos/reduções de justo valor	21	1 138 160	1 395 344
Outros rendimentos	18 e 22	2 383 151	2 212 490
Outros gastos	23	-5 238 960	-3 903 913
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		42 542 348	15 456 151
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	-14 521 384	-15 016 453
Imparidade de Ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-1 458 350	-507 002
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 562 614	-67 305
Juros e rendimentos similares obtidos	18 e 25	3 029 788	340 418
Juros e gastos similares suportados	25	-9 750 478	-8 425 690
Resultado antes de impostos		19 841 925	-8 152 578
Imposto sobre o rendimento do período	11	-10 285 226	1 791 266
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas		9 556 700	-6 361 312
Perdas com operações descontinuadas	27	-101 577	-806 818
Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020		9 455 122	- 7 168 130
Interesses não controlados / Non-controlling interests	15	7 539 454	7 995 693
Resultado líquido dos detentores de capital		1 915 668	-15 163 823
Resultado por ação básico		0.10	-0.76

 Lisboa, 18 de abril de 2022
 O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	2021	2020
Resultado Líquido do Período	1 915 668	-15 163 823
Diferença de conversão cambial (IAS 21)	177 857	-197 026
Aplicação aos Resultados Transitados	113 100	-
Outro rendimento integral do período	290 957	-197 026
Total rendimento integral do período	2 206 625	-15 360 849

Lisboa, 18 de abril de 2022
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		915 115 333	879 584 238
Pagamentos a fornecedores		-821 704 014	-797 009 711
Pagamentos ao pessoal		-63 821 414	-65 469 424
Caixa gerada pelas operações		29 589 905	17 105 104
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 843 232	-5 307 371
Outros recebimentos/pagamentos		-13 851 203	895 520
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		17 581 934	12 693 253
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		-1 168 324	-1 578 512
Ativos intangíveis		-3 414 685	-5 633 165
Investimentos financeiros		-5 004 649	-2 258 703
Prestações Acessórias		-312 500	-325 000
Dividendos		-22 317	-
Outros Ativos		-4 187 716	-4 400 000
Recebimentos provenientes de:			
Ativos tangíveis		264 994	6 075
Ativos intangíveis		487 218	-
Investimentos financeiros		-	2 386 300
Outros Ativos		1 887 033	130 000
Subsídios ao investimento		461 620	183 782
Juros e rendimentos similares		232 888	189 580
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-10 776 439	-11 299 643
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 093 942 534	1 005 323 621
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		23 945 000	6 000 000
Suprimentos		10 062 000	-
Outras operações de Financiamento		607 000	750 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1 093 597 292	-983 100 212
Amortização locação operacional - IFRS 16		-4 350 587	-4 463 699
Juros e gastos similares		-10 129 541	-6 006 091
Juros locação operacional - IFRS 16		-309 796	-216 129
Dividendos		-4 165 539	-9 814 739
Suprimentos		-19 110 000	-
Redução de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-8 860 000	-2 909 248
Amortização contratos locação financeira		-18 494	-
Outras operações de financiamento		-332 000	-662 328
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-12 316 715	4 901 175
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-5 511 219	6 294 785
Efeito das diferenças de câmbio		-12 561	-286 353
Efeito de variação de perímetro		86 604	304 340
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	19 746 279	13 411 851
Varição de caixa e equivalentes de operações descontinuadas		33 686	-21 655
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	14 275 417	19 746 279

Demonstração das Alterações no Capital Próprio (Contas Consolidadas)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição / Description	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período			
Posição a 01.01.2021	100 000 000	-	1 370 965	17 561 203	907 260	-15 163 823	104 675 605	55 375 712	160 051 317
Alterações no período									
Aplicação de resultados	-	-	-	-15 163 823	-	15 163 823	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-340 975	-340 975
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	517 499	-	517 499	-3 011 899	-2 494 400
	-	-	-	-15 163 823	517 499	15 163 823	517 499	-3 352 873	-2 835 374
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	1 915 668	1 915 668	7 539 454	9 455 122
Diferença de conversão cambial (IAS 21)	-	-	-	-	177 857	-	177 857	54 926	232 783
Aplicação aos Resultados Transitados	-	-	-	-	113 100	-	113 100	263 900	377 000
Resultado integral					290 957	1 915 668	2 206 624	7 858 280	10 064 905
Operações com detentores do capital no período									
Outras operações	-	700 000	-	-	-	-	700 000	-	700 000
	-	700 000	-	-	-	-	700 000	-	700 000
Posição a 31.12.2021	100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 668	108 099 730	59 881 119	167 980 849

Descrição / Description	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período			
Posição a 01.01.2020	100 000 000	-	1 249 025	15 553 080	-900 097	2 128 770	118 030 778	60 158 067	178 188 845
Alterações no período									
Aplicação de resultados	-	-	121 940	2 008 123	-1 292	-2 128 770	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-9 570 449	-9 570 449
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	2 005 675	-	2 005 675	-3 207 599	-1 201 924
	-	-	121 940	2 008 123	2 004 383	-2 128 770	2 005 675	-12 778 048	-10 772 373
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-15 163 823	-15 163 823	7 995 693	-7 168 130
Diferença de conversão cambial (IAS 21)	-	-	-	-	-197 026	-	-197 026	-	-197 026
Aplicação aos resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral					-197 026	-15 163 823	-15 360 848	7 995 693	-7 365 156
Posição a 31.12.2020	100 000 000	-	1 370 965	17 561 203	907 260	-15 163 823	104 675 605	55 375 712	160 051 317

 Lisboa, 18 de abril de 2022
 O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras (Contas Consolidadas)

Exercício de 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20 000 000 de ações de categoria A e B (17 500 000 e 2 500 000 respetivamente), no valor nominal de 5,00 euros, de natureza escritural e nominativa.

No dia 16 de outubro de 2020 foi realizada a admissão à negociação das ações de categoria B da Farminveste SGPS à plataforma Euronext Access, estando assim disponível para os investidores poderem passar a transacionar as ações da sociedade em mercado aberto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia ("UE"), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para o Grupo, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta (ou outro) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento básico	de 1 a 20 anos
Equipamento de transporte	de 4 a 6 anos
Equipamento administrativo	de 4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INVENTÁRIOS (IAS 2)

Os inventários incluem, essencialmente, matérias-primas, material de embalagem, produto intermédio e produto acabado e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

LOCAÇÕES (IFRS 16)

Esta nova norma substitui a IAS 17 com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.

Locações nas quais o Grupo é locatário:

O Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação, no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de locação correspondente em relação a todos os contratos de locação nos quais é locatário, exceto para locações de curto prazo (definidos como locações com prazo de locação de 12 meses ou menos) e locações de ativos de baixo valor. Para essas locações, o Grupo reconhece os pagamentos da locação como uma despesa operacional de forma linear pelo prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos dos ativos arrendados são consumidos.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa implícita na locação. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o locatário usa a sua taxa de empréstimo incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- + Pagamentos fixos de locação (incluindo pagamentos substanciais), deduzidos de quaisquer incentivos a receber;
- + Pagamentos variáveis de locação que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- + O valor que se espera pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- + O preço de exercício das opções de compra, se o locatário tiver razoavelmente certeza de exercer as opções; e
- + Pagamentos de multas pela rescisão do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir o exercício de uma opção para rescindir o contrato.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, aumentando o valor contabilístico para refletir juros sobre o passivo de locação (usando o método dos juros efetivos) e reduzindo o valor contabilístico para refletir os pagamentos efetuados.

O Grupo remensura o passivo de locação (e faz um ajuste correspondente no ativo de direito de uso relacionado) sempre que:

- + O prazo da locação muda ou há um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias, resultando numa alteração na avaliação do exercício de uma opção de compra; nesse caso, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista.
- + Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice ou taxa ou uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido; nesses casos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto inalterada (a menos que os pagamentos da locação sejam alterados devido a uma alteração na taxa de juros flutuante; nesse caso, uma taxa de desconto revista é usada).

- + Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada. Nesse caso, o passivo de locação é remensurado com base no prazo da locação modificado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes ou no dia do início, menos os incentivos recebidos e os custos diretos iniciais. São subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período mais curto entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente. Se uma locação transfere a propriedade do ativo subjacente ou o custo do ativo de direito de uso reflete que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação começa na data de início da locação.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada na Demonstração da Posição Financeira. O Grupo aplica a IAS 36 para determinar se um ativo de direito de uso está deteriorado e contabiliza qualquer perda por imparidade identificada de acordo com a IAS 36 - imparidade de ativos.

Os alugueres variáveis que não dependem de um índice ou taxa, não são incluídos na mensuração do passivo de locação e do ativo de direito de uso. Os pagamentos relacionados são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que desencadeia esses pagamentos ocorre e são incluídos em 'fornecimentos e serviços externos' no resultado. Como um expediente prático, a IFRS 16 permite que o locatário não separe os componentes que não são de locação financeira e, em vez disso, contabiliza qualquer locação e componentes de não locação associados como uma única combinação. A empresa utiliza esse expediente prático.

Locações nas quais o Grupo é locador

O Grupo não identificou impactos significativos decorrentes dos contratos de locação e sublocação em que o Grupo é locador ao abrigo da IFRS 16.

RÉDITO (IFRS 15)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- + Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- + O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- + O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- + É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- + Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- + O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- + É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- + Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- + A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis do Grupo de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expetativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital Próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A IFRIC 23, trata-se de uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

SUBSÍDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados de acordo com os gastos incorridos.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- + Clientes;
- + Outros créditos a receber;
- + Estado e outros entes públicos;
- + Fornecedores;
- + Financiamentos obtidos; e
- + Outras dívidas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Grupo reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos e outras dívidas a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- + **Benefícios a curto prazo:** incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- + **Benefícios de cessação de emprego:** o Grupo reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:
 - Existir compromisso da Entidade; ou
 - Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
 - Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgados nas notas correspondentes do anexo.

3.3 – Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico da Empresa iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 e IAS 8 (alteração) - Definição de material (alteração)	1-Jan-20	Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. A alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
Estrutura conceptual - Alterações na referência a outras IFRS	1-Jan-20	Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) - Reforma das taxas de juro de referência – fase 1’ (alteração)	1-Jan-20	Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto ‘IBOR reform’ do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito ‘altamente provável’; iii) avaliação prospetivas; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na Demonstração dos Resultados. A alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 13 - Definição de material (alteração)	1-Jan-20	Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos ‘testes de concentração’ para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 - Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 (alteração)	1-Jun-20	A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 4 - Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9 (alteração)	1-Jun-21	A aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021. Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Estas normas, apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2021, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Caso as mesmas tivessem sido adotadas no corrente exercício não se estima que decorressem impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, ainda não aprovadas (“not endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos (alteração)	1-Jan-23	Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 16 - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	1-Jan-22	Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IAS 37 - Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato (alteração)	1-Jan-22	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
Melhorias às normas 2018 – 2021	1-Jan-22	Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 3 - Referências à Estrutura conceptual (alteração)	1-Jun-22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma das taxas de juro de referência - fase 2 (alterações)	1-Jan-21	Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 17 - Contratos de seguro (nova)	1-Jan-23	Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.
IFRS 17 - Contratos de seguro (alteração)	1-Jan-23	Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da Posição Financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos Resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

4 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo através do método direto. Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão considerados os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Caixa	11 818	11 382
Depósitos à ordem	14 116 876	19 380 737
Depósitos a prazo	146 723	354 160
Total de caixa e depósitos bancários	14 275 417	19 746 279

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados e de participações financeiras. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5 – PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

Como referido na Nota 1, A Farminveste SGPS é atualmente detida em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), estando os restantes 12,24% distribuídos pelos restantes acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2021, as remunerações pagas dos órgãos sociais das empresas do Grupo Farminveste SGPS foram 2 233 316 euros.

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações efetuadas entre as partes relacionadas são os seguintes:

Transações / Saldos partes relacionadas 2021	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, Fornecimentos e Serviços Externos e outros Gastos	Juros recebidos/ (Pagos)	Empréstimos obtidos	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Empresas-mãe	3 413 767	124 081	-	-	6 500 000	633 605	43 338
Outras Partes Relacionadas	2 451 631	2 239 469	-	-	-	555 894	534 565

Transações / Saldos partes relacionadas 2021	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, Fornecimentos e Serviços Externos e outros Gastos	Juros recebidos/ (Pagos)	Empréstimos obtidos	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Empresas-mãe	3 609 289	62 634	-14 038	625 000	10 538 319	416 149	63 894
Outras Partes Relacionadas	3 625 115	2 772 384	-38 443	-	457 072	989 676	450 756

6 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2021, os movimentos nas rubricas de ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foram:

Descrição	31/12/2020	Variações de Perímetro	Adições	Reavaliações (Nota 21)	Alienações e abates	Transferências	Acertos cambiais	31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	2 125 023	-	-	-	-31 798	-	-	2 093 225
Edifícios e outras construções	93 727 532	351 947	322 761	1 752 300	-178 861	12 048	71 029	96 058 755
Equipamento básico	35 801 119	30 118	417 102	-	-76 840	254 349	355	36 426 203
Equipamento de transporte	2 429 797	125 493	277 012	-	-325 581	111 593	5 414	2 623 729
Equipamento administrativo	10 658 614	75 057	348 301	-	-38 991	-	1 710	11 044 690
Outros Ativos tangíveis	1 335 512	20 002	20 322	-	-1 012	3 907	107	1 378 838
Investimentos em curso - Ativos tangíveis	32 753	-	114 359	-	-	-37 866	-	109 246
Ativo tangível bruto	146 110 351	602 617	1 499 857	1 752 300	-653 083	344 030	78 615	149 734 686
Depreciações acumuladas (Nota 26)	-51 082 994	-250 872	-3 372 996	-	380 976	-93 550	-41 583	-54 461 017
Perdas por imparidade e reversões acumul.	-493 809	-	-	-	-	-	-	-493 809
Depreciação acumulada	-51 576 803	-250 872	-3 372 996	-	380 976	-93 550	-41 583	-54 954 826
Ativo tangível líquido	94 533 547	351 746	-1 873 139	1 752 300	-272 107	250 480	37 032	94 779 860

Por empresa/grupo os movimentos no ano são:

Ativos Fixos Tangíveis	31/12/2020	Variações de Perímetro	Adições	Reavaliações (Nota 21)	Alienações e abates	Transferências	Acertos cambiais	31/12/2021
Farminveste SGPS								
Ativo Tangível Bruto	158	-	-	-	-	-	-	158
Depreciação acumulada	-92	-	-53	-	-	-	-	-145
Ativo Tangível Líquido	66	-	-53	-	-	-	-	13
Farminveste IPG								
Ativo Tangível Bruto	11 065 429	-	77 209	-	-	-	-	11 142 638
Depreciação acumulada	-8 735 650	-	-744 572	-	-	-	-	-9 480 222
Ativo Tangível Líquido	2 329 779	-	-667 363	-	-	-	-	1 662 416
Globalvet								
Ativo Tangível Bruto	5 576	-	-	-	-	-	-	5 576
Depreciação acumulada	-5 479	-	-43	-	-	-	-	-5 522
Ativo Tangível Líquido	97	-	-43	-	-	-	-	54
Glintt								
Ativo Tangível Bruto	9 810 042	512 932	368 895	-	-170 819	-	78 615	10 599 665
Depreciação acumulada	-8 193 134	-199 875	-540 439	-	94 121	5 840	-41 583	-8 875 070
Ativo Tangível Líquido	1 616 907	313 058	-171 544	-	-76 698	5 840	37 032	1 724 595
HMR								
Ativo Tangível Bruto	323 245	-	1 341	-	-	-	-	324 586
Depreciação acumulada	-257 325	-	-20 936	-	-	-	-	-278 261
Ativo Tangível Líquido	65 920	-	-19 596	-	-	-	-	46 325
Alliance Healthcare								
Ativo Tangível Bruto	49 854 901	89 685	1 052 412	-	-482 264	344 030	-	50 858 764
Depreciação acumulada	-34 385 122	-50 997	-2 066 952	-	286 855	-99 390	-	-36 315 606
Ativo Tangível Líquido	15 469 779	38 688	-1 014 540	-	-195 409	244 640	-	14 543 158
Imofarma								
Ativo Tangível Bruto	75 051 000	-	-	1 752 300	-	-	-	76 803 300
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Tangível Líquido	75 051 000	-	-	1 752 300	-	-	-	76 803 300
TOTAL								
Ativo Tangível Bruto	146 110 350	602 617	1 499 857	1 752 300	-653 083	344 030	78 615	149 734 686
Depreciação acumulada	-51 576 803	-250 872	-3 372 996	-	380 976	-93 550	-41 583	-54 954 826
Ativo Tangível Líquido	94 533 547	351 746	-1 873 139	1 752 300	-272 107	250 480	37 032	94 779 860

Os imóveis que constituem a carteira do Imofarma encontram-se classificados em duas rubricas do balanço:

- + Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento. A sua classificação teve por base os seguintes pressupostos:
 - Ativos fixos tangíveis (76,8 milhões de euros): os imóveis arrendados a empresas do Grupo ou que não pertençam ao grupo e que garantem um rendimento, são considerados como ativos tangíveis. O valor dos ativos foi reavaliado e incrementado em 1 752 mil euros durante o ano de 2021;
 - Propriedades de investimento (15,9 milhões de euros) (Nota 7): os terrenos e o andar da Almirante Reis constituem ativos que são mantidos na carteira do fundo numa perspetiva de valorização imobiliária, sendo considerados como propriedades de investimento.
 - Ativos detidos para venda: o imóvel da Quinta das Janelas em Óbidos valorizado em 4 236 mil euros.

Relativamente aos Ativos fixos tangíveis do Imofarma, considerou-se que estes não deveriam ser depreciados, uma vez que, comparando os valores contabilísticos de 76,8 milhões de euros com os valores residuais de 107 milhões de euros, estes são sempre superiores, conforme estudo abaixo reproduzido. Os imóveis valorizaram em 2021 1,7 Milhões de Euros.

Nos restantes movimentos de salientar:

- + As variações de perímetro da Glintt com a aquisição das empresas Concep e Farmatools, e na Alliance pela concentração da operação da Alphega, Lda. e da Correia da Silva – Healthporto, Lda.;
- + O aumento de Ativo Bruto na Alliance diz essencialmente respeito a equipamento informático.

Rendas dos ativos tangíveis do IMOFARMA

Imóveis Ativos do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2022
Arrendados - Ativos Tangíveis		
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 446 400	169 159
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ramalde	37 790 000	2 049 068
F. Pólvora - LT EIT4 - Barcarena - Oeiras	4 601 000	358 712
Rua Santa Catarina, 2 e 4/Marechal Saldanha, 5 - Lisboa	16 879 100	1 210 556
Quinta da Beloura - Rua do Centro Empresarial, Lote 307(EE-10) - Albarraque	10 636 000	677 390
Sítio da Igreja - Cero do Galo, Estrada 125	795 500	67 405
Travessa de Santa Catarina, nºs 6 e 8 - Lisboa	2 604 800	205 652
Rua Venâncio Rodrigues, 12 - Coimbra	589 000	53 549
Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H, 3 D - Lisboa	461 500	18 170
subtotal	76 803 300	4 809 661
Propriedades de Investimento		
F. Pólvora - LT EIT5 e 6 - Barcarena - Oeiras	690 000	
Abrunheira e Linhó. Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura Lotes 302, 313 e 314	7 480 000	
Vale de Toiros - Palmela	3 891 000	
Terreno - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azóia	2 323 000	
Rua Santa Catarina 2 e 4/Marechal Saldanha - Lisboa	354 350	
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 151 000	
subtotal	15 889 350	
	92 692 650	4 809 661

O valor das rendas anuais para 2022 não tem a atualização prevista em todos os contratos de arrendamento, de acordo com o IPC (sem adição) divulgado pelo INE.

1. Pressupostos de cálculo dos valores residuais dos imóveis

Consideram-se os imóveis ativos tangíveis do Imofarma como na quase totalidade afetos ao desenvolvimento das atividades exercidas pela Farminveste e sociedades por si participadas. Nesta perspetiva, do ponto de vista do Imofarma, este rendimento é considerado como estável e permanente.

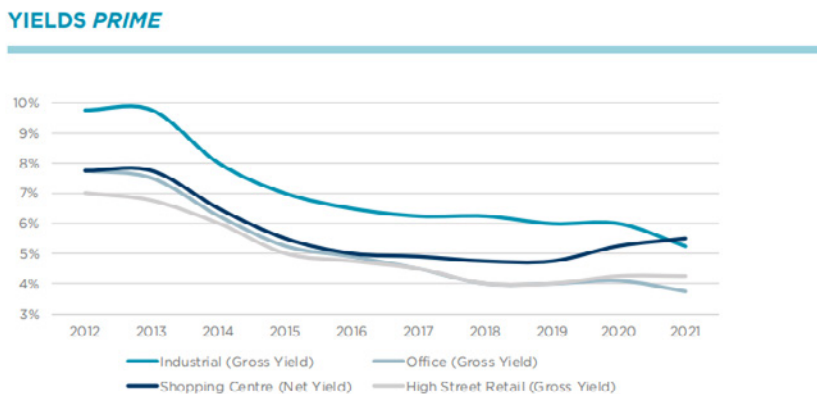
Para efeitos de determinação dos valores residuais dos imóveis que constituem ativos tangíveis do Imofarma, foram considerados os pressupostos seguintes:

- 1) Valor anual de renda por imóvel (R) – valor que constitui o cash-flow anual de rendimento que permite calcular o valor global do imóvel na maturidade (valor residual), devidamente atualizado a 31 de dezembro de 2021;
- 2) Yield – a yield representa a taxa de rendimento gerada por um ativo, considerando o seu valor contabilístico; calcula-se pela divisão do valor anual da renda pelo valor contabilístico global do imóvel;
- 3) Perpetuidade – consideando o carácter estável e permanente dos inquilinos do Imofarma e do valor por estes pago pelo arrendamento dos imóveis, o modelo financeiro para cálculo do valor residual de cada imóvel a preços de 31 de dezembro de 2021 assenta na fórmula da perpetuidade:

$$Valor\ Residual_{31/12/2021} = \frac{Renda\ anual_{31/12/2021}}{(Yield)}$$

Para a obtenção de valores de mercado foi tido em consideração o relatório “Marketbeat Portugal Outono 21” da Cushman & Wakefield (C&W).

Em termos de yield que se está a praticar no mercado de investimento imobiliário em Lisboa, refere a C&W no seu relatório Marketbeat Beat Portugal Outono 21 que “face a 2020, as yields prime contraíram 35 pontos base (p.b.) em escritórios (para 3,75%) e 75 p.b. em industrial & logística (para 5,25%); tendo em retalho estabilizado nos 4,25% no comércio de rua e aumentado em 25 p.b. em centros comerciais (para 5,50%)”.



Assim, para efeitos do cálculo do valor residual a preços de 31 de dezembro de 2021 foi considerada uma Yield média de 4,5%.

Cálculo dos valores residuais dos imóveis

Considerando os pressupostos apresentados, o quadro seguinte reflete o valor contabilístico, bem como o valor residual para cada ativo tangível.

Imóveis Ativos tangíveis do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2022	Valor Residual 31-12-2021	Diferença VR-VC
Arrendados - Ativos Tangíveis				
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 446 400	169 159	3 759 090	1 312 690
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ramalde	37 790 000	2 049 068	45 534 844	7 744 844
F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - Oeiras	4 601 000	358 712	7 971 373	3 370 373
Rua Santa Catarina, 2 e 4/Marechal Saldanha, 5 - Lisboa	16 879 100	1 210 556	26 901 240	10 022 140
QUINTA DA BELOURA - Rua do Centro Empresarial, Lote 307(EE-10) - Albarraque	10 636 000	677 390	15 053 113	4 417 113
SITIO da IGREJA - Cero do Galo, Estrada 125	795 500	67 405	1 497 882	702 382
Travessa de Santa Catarina, nºs 6 e 8 - Lisboa	2 604 800	205 652	4 570 047	1 965 247
Rua Venâncio Rodrigues, 12 - Coimbra	589 000	53 549	1 189 975	600 975
Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H, 3 D - Lisboa	461 500	18 170	403 769	-57 731
	76 803 300	4 809 661	106 881 333	30 078 033

Conclusão

Comparando os valores contabilísticos com os residuais, conclui-se que estas são sempre superiores. Por este motivo, não devem ser consideradas políticas de amortização dos ativos que iriam distorcer ainda mais o valor contabilístico dos imóveis quando comparado com o seu valor conforme demonstrado.

Ativos direito de uso

Em 2021, decorrente da aplicação da IFRS 16, foram reconhecidos os seguintes ativos por direito de uso e movimentos no ano:

Descrição	31/12/2020	Adições	Alienações e abates	Transferências	Outras Alterações	31/12/2021
Terrenos e Recursos Naturais	262 500	-	-	-	-	262 500
Edifícios e outras construções	10 969 549	962 128	-1 331	-	-	11 930 346
Equipamento Básico	300 114	-	-	-160 972	-	139 142
Viaturas	9 922 072	2 500 093	-762 934	-111 593	-49 338	11 498 299
Outros	73 087	-	-10 488	-	-	62 599
Ativo tangível bruto	21 527 321	3 462 221	-774 754	-272 565	-49 338	23 892 885
Dep. acumuladas (Edifícios e outras construções)	-4 118 223	-2 015 596	-	-	-	-6 133 818
Dep. acumuladas (Equipamento Básico)	-62 430	-10 102	-	44 313	-	-28 219
Dep. acumuladas (Viaturas) - Direito Uso	-4 813 255	-2 673 826	528 342	55 077	-	-6 903 662
Dep. acumuladas (Outros) - Direito Uso	-43 010	-18 009	10 488	-	-	-50 531
Depreciação acumulada	-9 036 918	-4 717 533	538 830	99 390	-	-13 116 231
Ativo tangível líquido	12 490 401	-1 255 313	-235 924	-173 175	-49 338	10 776 652

Por empresa/grupo os movimentos no ano são:

Ativo direito de uso	31/12/2020	Adições	Alienações	Transferências	Outras Alterações	31/12/2021
Farminveste IPG						
Ativo direito de uso	1 622 438	164 177	-175 461	-	-	1 611 155
Depreciação acumulada	-724 634	-346 543	-	-	-	-1 071 177
Ativo tangível líquido	897 804	-182 366	-175 461	-	-	539 978
Globalvet						
Ativo direito de uso	84 802	28 753	-	-	-1 998	111 557
Depreciação acumulada	-34 859	-23 912	-	-	-	-58 771
Ativo tangível líquido	49 943	4 841	-	-	-1 998	52 786
Glantt						
Ativo direito de uso	6 870 552	2 434 437	-	-	-	9 304 989
Depreciação acumulada	-3 313 256	-1 875 964	-	-	-	-5 189 220
Ativo tangível líquido	3 557 297	558 472	-	-	-	4 115 769
HMR						
Ativo direito de uso	1 310 428	100 601	-	-	-47 340	1 363 689
Depreciação acumulada	-661 804	-318 911	-	-	-	-980 714
Ativo tangível líquido	648 624	-218 310	-	-	-47 340	382 975
Alliance Healthcare						
Ativo direito de uso	11 639 101	734 253	-599 293	-272 565	-	11 501 496
Depreciação acumulada	-4 302 365	-2 152 204	538 830	99 390	-	-5 816 349
Ativo tangível líquido	7 336 736	-1 417 951	-60 463	-173 175	-	5 685 147
TOTAL						
Ativo direito de uso	21 527 321	3 462 221	-774 754	-272 565	-49 338	23 892 885
Depreciação acumulada	-9 036 918	-4 717 533	538 830	99 390	-	-13 116 231
Ativo tangível líquido	12 490 401	-1 255 313	-235 924	-173 175	-49 338	10 776 652

Nos restantes movimentos, de salientar:

- + Aumento na Glantt por via do término e início de novos contratos de leasing para as viaturas de serviço.

7 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração dos Resultados do período a que se referem.

O Grupo tem registado na sua conta de propriedades de investimento imóveis pertencentes ao Imofarma, conforme detalhe abaixo:

IMÓVEIS	Área (m2)	Data Aquisição	Valor Imóvel	País	Município
TERRENOS URBANIZADOS					
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	14 885	24/07/2008	4 389 000	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	5 932	24/07/2008	1 692 000	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	4 906	24/07/2008	1 399 000	Portugal	Sintra
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - OEIRAS	3 370	16/05/2006	355 500	Portugal	Oeiras
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT6 - Barcarena - OEIRAS	3 174	16/05/2006	334 500	Portugal	Oeiras
TERRENOS NÃO URBANIZADOS					
Terreno - Quinta do Ferral - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	89 302	29/06/2009	2 323 000	Portugal	Loures
Terreno - VALE DE TOIROS - Palmela - Palmela	255 404	16/05/2006	3 891 000	Portugal	Palmela
CONSTRUÇÕES ACABADAS					
Rua Santa Catarina 2 e 4 - Marechal Saldanha - Lisboa	174	16/05/2006	354 350	Portugal	Lisboa
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 696	20/12/2017	1 151 000	Portugal	Coimbra
TOTAL			15 889 350		

8 – GOODWILL

Durante o exercício de 2021, o movimento na rubrica de Goodwill e respetivas perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Entidade	Saldo Inicial	Aumentos	Saldo Final
José de Mello Saúde, SGPS, S.A	12 360 147	-	12 360 147
Alliance Healthcare, S.A.	17 267 727	1 509 087	18 776 813
Alloga Portugal - Produtos de Consumo Farmacêutica, Lda.	8 979 483	-	8 979 483
Alliance Healthcare Açores, S.A.	1 756 321	-	1 756 321
Eurociber	18 098 387	-	18 098 387
WEN	9 368 062	-	9 368 062
Sols e Solsuni	3 601 775	-	3 601 775
Bytecode	6 310 267	-	6 310 267
Glintt HS	9 813 901	-	9 813 901
Pulso Informática	3 260 281	-	3 260 281
EHC	1 472 458	-	1 472 458
Glintt Angola	351 151	-	351 151
Consiste - SGPS	32 796 606	-	32 796 606
Loginfar	1 326 313	-	1 326 313
Contraço	90 774	-	90 774
Hltsys	148 087	-	148 087
VanityMeridian	844 871	-	844 871
Aseting Informatica SL	992 190	-	992 190
Concep	-	901 730	901 730
Farmatools	-	3 352 293	3 352 293
Total de goodwill	128 838 801	5 763 110	134 601 910

Foram realizados testes de imparidade às participadas pelo método dos cash-flows futuros descontados, com base no Plano de Negócios de cada uma das empresas para os próximos cinco anos, não tendo sido detetadas situações de imparidade.

Em 2021, o aumento de Goodwill no grupo decorreu da aquisição das empresas Concep e Farmatools no grupo Glintt, e ainda de um ajuste na Alliance Healthcare, decorrente de reembolso de imposto.

9 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2021, o movimento nas rubricas de ativos intangíveis e respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Intangíveis	31/12/2020	Alteração de perímetro	Adições	Alienações	Transferências	Outras alterações	Acertos cambiais	31/12/2021
Intangíveis desenvolvidos internamente	30 933 186	24 979	5 491 658	-277 179	-	-	-	36 172 643
Projetos de desenvolvimento	2 471 951	-	-	-	-	-	-	2 471 951
Programas de computador	25 854 006	274 408	752 737	-2 729 160	13 167 446	806 881	653	38 126 970
Propriedade industrial	1 922 593	-	-	-5 238	-	-	-	1 917 355
Carteira de Clientes	38 276 281	-	1 286 011	-	-	-	-	39 562 292
Outros Ativos Intangíveis	2 142 857	-	-	-	-	-	-	2 142 857
Investimentos em curso - Ativos intangíveis	12 501 960	-	3 691 893	-	-13 238 911	-810 143	-	2 144 799
Ativo intangível bruto	114 102 834	299 386	11 222 298	-3 011 578	-71 465	-3 263	653	122 538 866
Amortizações acumuladas (nota 26)	-43 630 863	-209 282	-6 430 821	825 939	-	-	-653	-49 445 681
Perdas por imparidade acumuladas	-3 189 718	-	-1 458 350	-	-	-	-	-4 648 067
Amortização acumulada	-46 820 581	-209 282	-7 889 170	825 939	-	-	-653	-54 093 748
Ativo intangível líquido	67 282 253	90 105	3 333 128	-2 185 639	-71 465	-3 263	-	68 445 119

As amortizações do exercício foram registadas na rubrica da Demonstração dos Resultados “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

Por empresa os movimentos foram:

Empresa	Aquisições	TPE	Externo
Farminveste IPG	1 119 197	1 113 978	5 220
Glintt	5 548 150	2 393 860	3 154 290
hmR	135 931	32 655	103 277
Alliance Healthcare	4 419 019	874 792	3 544 227
Total	11 222 298	4 415 284	6 807 014

Intangíveis	31/12/2020	Alteração de perímetro	Adições	Alienações	Transferências	Outras alterações	Acertos cambiais	31/12/2021
Farminveste IPG								
Ativo Intangível Bruto	20 072 057	-	1 119 197	-2 697 426	-	-	-	18 493 829
Depreciação Acumulada	-9 106 606	-	-2 329 212	791 681	-	-	-	-10 644 137
Ativo Intangível Líquido	10 965 451	-	-1 210 014	-1 905 746	-	-	-	7 849 691
Globalvet								
Ativo Intangível Bruto	32 035	-	-	-	-	-	-	32 035
Depreciação Acumulada	-32 035	-	-	-	-	-	-	-32 035
Ativo Intangível Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Glintt								
Ativo Intangível Bruto	68 108 593	299 386	5 548 150	-314 152	-	-	653	73 642 632
Depreciação Acumulada	-28 127 001	-209 282	-3 234 020	34 258	-	-	-653	-31 536 698
Ativo Intangível Líquido	39 981 593	90 105	2 314 130	-279 894	-	-	-	42 105 934
HMR								
Ativo Intangível Bruto	7 162 687	-	135 931	-	-	-3 263	-	7 295 355
Depreciação Acumulada	-2 046 901	-	-1 246 484	-	-	-	-	-3 293 386
Ativo Intangível Líquido	5 115 785	-	-1 110 553	-	-	-3 263	-	4 001 970
Alliance Healthcare								
Ativo Intangível Bruto	18 727 463	-	4 419 019	-	-71 465	-	-	23 075 017
Depreciação Acumulada	-7 508 040	-	-1 079 454	-	-	-	-	-8 587 494
Ativo Intangível Líquido	11 219 423	-	3 339 565	-	-71 465	-	-	14 487 523
TOTAL								
Ativo Intangível Bruto	114 102 834	299 386	11 222 298	-3 011 578	-71 465	-3 263	653	122 538 866
Depreciação Acumulada	-46 820 581	-209 282	-7 889 170	825 939	-	-	-653	-54 093 748
Ativo Intangível Líquido	67 282 253	90 105	3 333 128	-2 185 639	-71 465	-3 263	-	68 445 119

Os principais aumentos dizem respeito essencialmente a:

- + Software hospitalar desenvolvido e comercializado pela Glintt – 5,1 Milhões de euros;
- + Implementação do novo sistema SAP S/4 HANA na Alliance Healthcare – 3 Milhões de euros cujo início ocorreu apenas a 1 janeiro de 2022;
- + Desenvolvimento do Sifarma na Farminveste IPG – 1 Milhão de euros.

No final de 2021: i) não foram identificados fatores ou circunstâncias que conduzissem à definição de vidas úteis indefinidas; ii) não se encontra escriturado qualquer ativo intangível que, individualmente, tenha um efeito materialmente relevante para as demonstrações financeiras consolidadas; iii) não existem ativos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor; iv) não existem quantias escrituradas de ativos intangíveis com titularidade restringida, nem quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantias de passivos; v) não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis; vi) não existem ativos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas; e vii) não foram reconhecidos gastos relacionadas com dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados).

10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e método de consolidação utilizado em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Farminveste SGPS	Lisboa	-	Empresa-mãe
Empresas Subsidiárias			
HMR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
HMR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	Integral
HMR - Health Market Research - España, S.L.	Madrid	100,00%	Integral
HMR Ireland Limited	Dublin	50,00%	Integral
HMR Health Market Research Germany GmbH	Frankfurt	100,00%	Integral
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Lisboa	96,00%	Integral
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	Lisboa	100,00%	Integral
Aponatura Portugal, Lda	Lisboa	60,00%	Integral
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	51,00%	Integral
Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda	Porto	51,00%	Integral
Alloga Portugal, Lda.	Lisboa	51,00%	Integral
Almus, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Alliance Healthcare Açores, S.A.	Ponta Delgada	51,00%	Integral
Alloga Logifarma, S.A.	Lisboa	26,01%	Integral
Alphega, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	82,17%	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Business Solutions, Lda	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Healthcare Solutions, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	76,4% (1)	Integral
Pulso Informatica, SLU	Madrid	76,4% (1)	Integral
Solservice Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Glintt Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Consoft, SA	Madrid	76,4% (1)	Integral
Farmasoft, SL	Madrid	42,02% (1)	Integral
Glintt España, SL	Madrid	76,4% (1)	Integral
Glintt INOV, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Glintt Polska Sp. z.o.o	Varsóvia	76,4% (1)	Integral
Glintt Brasil LTDA	São Paulo	76,4% (1)	Integral
Glintt UK, Limited	Londres	76,4% (1)	Integral
Glintt Ireland Solutions, Limited	Dublin	76,4% (1)	Integral
Qwerty Informática, S.L.	Valencia	76,4% (1)	Integral
Qwerty Farma, S.L.	Valencia	76,4% (1)	Integral
Alpes Informática	San Sebastian	76,4% (1)	Integral
Glintt Açores	Praia da Vitória	76,4% (1)	Integral
LOGINFAR S.L	Barcelona	76,4% (1)	Integral
Contraço, Lda	Sintra	76,4% (1)	Integral
Monsegur Informática, S.L	Barcelona	76,4% (1)	Integral
HLTSYS	Porto	38,97% (1)	Integral
VanityMeridian	Porto	76,4% (1)	Integral
Aseting Informatica SL	Huelva	45,8% (1)	Integral

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Concept Arquitectura y Diseño de Farmacias Rentables S.L.	Zaragoza	38,97% (1)	Integral
Farmatools 2 SLU	Bilbao	76,4% (1)	Integral
Empresas Associadas			
CUF, SA	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	Lisboa	27,00%	Equivalência Patrimonial
Entidades conjuntamente controladas			
Go Far Insurance - Soluções e Serviços Para Protecção da Saúde, Mediação de Seguros, S.A	Lisboa	50,00%	Equivalência Patrimonial
Servestec, Lda	Lisboa	50,00%	Equivalência Patrimonial
Cogifar Tech, S.L.	Valencia	38,2% (1)	Equivalência Patrimonial

(1) A percentagem da participação na Glintt é de 76,40451 %

O perímetro de consolidação do exercício de 2021 sofreu as seguintes alterações:

- + Aquisição pela Glintt das participadas: Concept e Farmatools;
- + Aquisição e fusão da empresa Correia da Silva (Alphega, Lda.) na Alliance Healthcare;
- + Alienação pela Farminveste da sua participação na empresa Cuidafarma;
- + Liquidação pela Farminveste e pela Tecnimede da sua participada Servestec.

A informação financeira disponível à data da Demonstração da Posição Financeira das empresas participadas (subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) resume-se como segue:

Entidades	% de participação	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste SGPS	Empresa-mãe	132 919 814	24 820 084	108 099 730	1 151 581	3 067 249
Empresas Subsidiárias						
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100,00%	602 748 944	409 973 043	192 775 901	823 273 969	825 849 732
Alliance Healthcare, S.A. (contas consolidadas)	51,00%	221 428 012	163 715 819	57 712 193	670 767 010	681 896 491
Aponatura Portugal, Lda	60,00%	177 345	64 547	112 798	169 726	219 315
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda.	100,00%	363 641	1 166 560	-802 919	262 298	23 649
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	96,00%	238 970	273 294	-34 324	513 691	524 945
HMR - Health Market Research International, S.A. (contas consolidadas)	100,00%	29 591 219	13 718 842	15 872 377	19 011 611	12 783 717
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	82,17%	97 927 269	23 586 231	74 341 038	3 176 511	7 675 878
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A. (contas consolidadas)	76,40%	189 688 768	113 110 562	76 578 206	105 035 526	106 639 758
Empresas Associadas						
CUF	30,0%	877 933 000	731 307 000	146 626 000	554 619 000	586 547 000
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	27,0%	26 389 275	21 656 348	4 732 927	7 311 012	6 945 994
Entidades conjuntamente controladas						
Go Far Insurance S.A	50,0%	789 832	256 711	533 121	109 186	574 917
Servestec, Lda	50,0%	10 369	156 303	-145 934	112 500	323 474

A Farminveste IPG detém, uma participação financeira de 76,4% na Glintt, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP) nas suas contas individuais.

A sociedade Glintt encontra-se cotada no mercado NYSE EURONEXT. À data de 31 de dezembro de 2021, a valorização da participação na Glintt à cotação de mercado era de 18 471 308 euros (66 443 555) ações a 0,278 euros/ação). À data deste relatório a ação Glintt encerrou o dia com a cotação de 0,25 euros /ação.

A Farminveste considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo. Por este motivo, não ajustou em 2021 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glintt em função da cotação das suas ações.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glintt (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

O detalhe das rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participações Financeiras	44 122 673	32 262 705
Empresas Associadas- MEP	44 122 673	32 262 705
CUF, SA	43 176 600	31 248 022
José de Mello Saúde e Residencias	946 073	1 014 684
Outros Ativos Financeiros	9 411 511	13 425 459
Não corrente	950 520	4 739 274
Empresas Associadas - Outros métodos	176 139	179 859
Sensing Evolution	84 626	84 626
Mantelnor EGAP	3 000	3 000
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	40 000	40 000
COGIFAR TECH S.L.	36 014	52 233
Outras	12 499	-
Entidades conjuntamente controladas	266 603	161 970
Go Far Insurance	266 603	161 970
Outros Ativos não corrente	507 779	4 397 445
Outros Ativos corrente	8 460 990	8 686 185
Total	53 534 184	45 688 164

Na rubrica de Outros Ativos Financeiros estão registados:

- + Não corrente: essencialmente a constituição do Fundo de Compensação do Trabalho.
- + Corrente: Ativos de terceiros na posse do Grupo referentes aos stocks nos armazéns da Alloga Logifarma.

Os resultados destas participações estão reconhecidos da Demonstração dos Resultados, na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, conforme detalhe:

Empresa-mãe	Participada	% participação	2021	2020
	CUF, SA	30.00%	10 413 300	-7 134 600
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	José de Mello Residências e Serviços	27.00%	-68 610	-33 553
	Go Far Insurance	50.00%	-232 868	-255 946
Glintt	Cogifar	50.00%	-34 083	2 233
Total			10 077 740	-7 421 865

O ano de 2021, e particularmente o segundo semestre, foi, tal como para a economia e sociedade em global, um ano de retoma, tendo-se assistido a uma melhoria do desempenho das participadas da Farminveste, tendo os resultados consolidados apresentado valores próximos dos valores registados em 2019. Ainda assim, mantém-se um grau de incerteza, ainda que mais reduzido, sobre a evolução da crise pandémica, sobre os seus impactos nas operações da Farminveste e suas participadas e nos setores em que estão presentes.

II – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composto da seguinte forma:

Imposto sobre o rendimento do período	2021	2020
Imposto corrente	7 369 416	4 565 214
Imposto diferido	2 643 415	-2 125 875
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	27 268	94 597
Outros ajustamentos	245 128	-4 325 203
Total	10 285 226	-1 791 266

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

Impostos Diferidos	31/12/2021	31/12/2020
Ativos por Impostos diferidos		
Prejuízos fiscais acumulados	2 517 931	6 110 819
Gastos financiamento liquidados	-	255 664
Ajustamentos de inventário	-115 706	377 724
Amortizações extraordinárias	-	117 629
Benefícios fiscais	804 267	1 246 614
Perdas de imparidade para saldos de clientes	3 033 927	3 000 229
Perdas de imparidade para contas a receber	6 918	13 350
Provisões	-	43 463
Total	6 247 336	11 165 493
Passivos por Impostos diferidos		
Outros	183 716	-
Ativos fixos tangíveis	8 415	11 981
Carteira de clientes - Logifarma	834 882	952 748
Carteira de clientes - Consoft	6 923 290	6 977 357
Carteira de clientes - Qwertys	300 741	308 183
Carteira de clientes - Alpes	150 550	157 681
Carteira de clientes - Monsegur	220 014	237 986
Total	8 621 608	8 645 935

12 – INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

Inventário	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias			
Produtos farmacêuticos	70 451 350	-2 029 328	68 422 022
Produtos de consumo	126 425	-	126 425
Outros	1 924 469	-527 327	1 397 142
Total	72 502 244	-2 556 655	69 945 589

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado como se segue:

Custo das mercadorias vendidas	31/12/2021	31/12/2020
Existências Iniciais	65 541 846	60 962 770
Alteração de perímetro	-	-201 021
Compras	630 020 148	610 877 143
Regularizações	2 018 918	-475 260
Movimentos de Acréscimos	-	1 836 440
Existências finais	-69 945 589	-65 541 846
Custo do exercício	627 635 323	607 458 226

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

Imparidades Inventário	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final
Mercadorias	2 166 071	546 308	-155 724	2 556 655

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da Demonstração dos Resultados “Imparidade de inventários (perdas)/reversões”.

13 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
CLIENTES				
Clientes conta corrente e conta letras	102 820 105	570 753	89 662 037	8 831 087
Clientes de cobrança duvidosa	12 868 961	-	16 259 240	-
Perdas por imparidade	-21 779 961	-90 972	-18 626 814	-8 322 468
Total clientes	93 909 106	479 782	87 294 463	508 620
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 846 074	-	1 603 204	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	357 876	2 449 299	570 835	5 900 674
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	-	-	-
Segurança Social	-	-	-	-
Outros	56 734	-	37 402	-
Total estado (ativo)	2 260 684	2 449 299	2 211 440	5 900 674
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER				
Pessoal	47 554	-	55 589	-
Subsídios ao investimento	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 332 023	-	12 170 748	-
Outros devedores	3 457 142	6 030 002	4 118 154	5 992 141
Outros devedores - Partes Relacionadas	6 640 000	-	3 000 000	3 500 000
Perdas por imparidade	-90 895	-250 000	-116 047	-
Total outros créditos a receber	21 385 825	5 780 002	19 228 444	9 492 141
Total de outros créditos a receber	117 555 614	8 709 083	108 734 348	15 901 434

No fecho de 2021, identificou-se um erro na apresentação do factoring sem recurso e procedeu-se à sua correção retrospectiva nas demonstrações financeiras de 2020, conforme IAS 8.

Por empresa o detalhe em 2021 e 2020 é o seguinte:

Não corrente	2021				2020			
	Não corrente	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	Não corrente	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt
CLIENTES								
Cientes conta corrente e conta letras	570 753			570 753	8 831 087	-	8 260 334	570 753
Perdas por imparidade	-90 972			-90 972	-8 322 468	-	-8 031 496	-290 972
Total clientes	479 782	-	-	479 782	508 620	-	228 839	279 782
ESTADO								
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2 449 299		2 449 299		5 900 674	-	5 900 674	-
Total estado (ativo)	2 449 299	-	2 449 299	-	5 900 674	-	5 900 674	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER								
Outros devedores	6 030 002	-	11 210	6 018 792	5 992 141	-	-	5 992 141
Outros devedores - Partes Relacionadas	-	-	-	-	3 500 000	3 500 000	-	-
(Perdas por imparidade acumuladas)	-250 000	-	-	-250 000	-	-	-	-
Total outros créditos a receber	5 780 002	-	11 210	5 768 792	9 492 141	3 500 000	-	5 992 141
Total de outros créditos a receber	8 709 083	-	2 460 509	6 248 574	15 901 434	3 500 000	6 129 513	6 271 922

Corrente	2021									
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Farbiowell	Aponatura	Globalvet
CLIENTES										
Cientes conta corrente e conta letras	102 820 105	-	2 922 825	80 748 273	17 228 987	1 784 841	91 560	-	17 794	25 825
Cientes de cobrança duvidosa	12 868 961	-	174 846	9 743 886	2 902 866	43 491	-	-	-	3 871
Perdas por imparidade	-21 779 961	-	-175 434	-19 695 471	-1 810 493	-93 201	-	-	-44	-5 318
Total clientes	93 909 106	-	2 922 238	70 796 688	18 321 360	1 735 132	91 560	-	17 750	24 378
ESTADO										
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 846 074	-	-	1 354 766	243 323	247 609	-	-	-	376
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	357 876	8 392	-	3 888	345 596	-	-	-	-	-
Outros	56 734	-	-	-	56 734	-	-	-	-	-
Total estado (ativo)	2 260 684	8 392	-	1 358 654	645 653	247 609	-	-	-	376
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER										
Pessoal	47 554	-	13 304	26 535	5 181	137	-	-	-	2 398
Adiantamento Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	11 332 023	-	1 917 187	5 713 863	3 633 949	31 264	-	-	35 469	292
Outros devedores	3 457 142	-	-211 102	2 482 073	1 129 755	12 927	-	-	19 988	23 502
Outros devedores - Partes Relacionadas	6 640 000	-	6 640 000	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-90 895	-	-	-90 895	-	-	-	-	-	-
Total outros créditos a receber	21 385 825	-	8 359 389	8 131 575	4 768 885	44 328	-	-	55 456	26 192
Total de outros créditos a receber	117 555 614	8 392	11 281 626	80 286 917	23 735 898	2 027 069	91 560	-	73 206	50 946

Corrente	2020									
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Farbiowell	Aponatura	Globalvet
CLIENTES										
Cientes conta corrente e conta letras	89 662 037	-	719 769	72 057 662	15 365 363	1 474 993	15 337	-	15 318	13 596
Cientes de cobrança duvidosa	16 259 240	-	175 205	12 931 396	3 102 627	46 140	-	-	-	3 871
Perdas por imparidade	-18 626 814	-	-176 092	-16 362 675	-1 971 395	-112 739	-	-	-38	-3 874
Total clientes	87 294 463	-	718 883	68 626 383	16 496 595	1 408 393	15 337	-	15 280	13 593
ESTADO										
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 603 204	-	-	1 260 515	93 295	249 394	-	-	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	570 835	3 313	89 562	37 225	435 016	5	-	-	5 715	-
Outros	37 402	-	-	-	37 402	-	-	-	-	-
Total estado (ativo)	2 211 440	3 313	89 562	1 297 740	565 712	249 399	-	-	5 715	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER										
Pessoal	55 589	-	911	38 166	5 393	10 797	-	-	-	322
Adiantamento Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	12 170 748	-	1 063 721	8 210 871	2 868 160	-	-	-	27 996	-
Outros devedores	4 118 154	-	411 050	3 363 762	292 023	21 566	226	-	3 696	25 831
Outros devedores - Partes Relacionadas	3 000 000	-	3 000 000	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-116 047	-	-	-116 047	-	-	-	-	-	-
Total outros créditos a receber	19 228 444	-	4 475 681	11 496 752	3 165 576	32 364	226	-	31 692	26 154
Total de outros créditos a receber	108 734 348	3 313	5 284 126	81 420 875	20 227 883	1 690 156	15 562	-	52 687	39 746

Clientes e outros créditos a receber – ativo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes, diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano, bem como saldos de cobrança duvidosa que estão em processo de contencioso e recuperação, registados na Alliance.

O saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos”, classificado como não corrente, diz respeito a montantes pagos às Autoridades Fiscais pela Alliance Healthcare relativamente aos quais é entendimento do Grupo que os mesmos lhes serão reembolsados.

De acordo com informação divulgada no relatório e contas de 2011 da Glintt, encontravam-se em curso naquele exercício dois processos de contencioso, entre a Glintt Business Solutions, Lda., a Restelo Imobiliária SA (RIP) e os Hotéis Alexandre Almeida (HAA). Em 21 de dezembro de 2012 a Glintt, a RIP e os HAA, puseram termo ao diferendo entre as partes por meio de acordo nos termos do qual fixaram o valor em dívida e estabeleceram a forma de pagamento. Desse acordo decorre o valor total da rubrica de Outros créditos a receber (não corrente), o qual não se encontra relevado ao custo amortizado, uma vez que nos termos do acordo, são calculados e debitados juros anuais. Os juros debitados até ao encerramento do presente exercício ascendem a 2.223 mil euros.

Clientes e outros créditos a receber – ativo corrente

As perdas por imparidade para os créditos a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade dos créditos a receber e o perfil de risco do cliente. Em 31 de dezembro de 2021, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz, essencialmente, respeito a:

- + Serviços a faturar pela Alliance e suas subsidiárias, no montante de 5,7 milhões de euros, sendo em grande parte referentes a descontos a obter no montante de 5 milhões de euros;
- + Serviços a faturar pela Glintt no montante de 3,6 milhões de euros, essencialmente em contratos plurianuais de manutenção ou de consultoria, cuja faturação não é mensal, mas seguem datas específicas pré-aprovadas ou com milestones por cumprir.

O movimento das imparidades de clientes em 2021 foi o seguinte:

Imparidades Clientes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Operação Descontinuada	Utilização	Saldo Final
Imparidade Clientes total	26 949 282	247 376	-4 835 541	-250 000	-240 185	21 870 933
Imparidade Outros Devedores	116 046	-	-25 152	250 000	-	340 895
Total	27 065 328	247 376	-4 860 693	-	-240 185	22 211 828

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
FORNECEDORES				
Fornecedores - Conta corrente	85 200 064	-	84 081 337	-
Fornecedores - faturas em recep. e conferência	480 423	-	1 468 411	-
Total fornecedores	85 680 487	-	85 549 748	-
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 085 032	-	3 365 463	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2 549 798	-	812 737	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 322 078	-	1 380 304	-
Segurança Social	1 717 231	-	1 718 693	-
Outros	362 156	-	454 629	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-
Total estado (passivo)	10 036 295	-	7 731 828	-
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR				
Pessoal	113 703	-	72 760	-
Fornecedores de investimentos	812 020	-	191 781	-
Credores por acréscimos de gastos	23 014 030	-	24 183 066	-
Outros credores	9 991 033	6 595 076	4 714 467	5 250 000
Total outras contas a pagar	33 930 788	6 595 076	29 162 075	5 250 000
Total de passivos financeiros	129 647 570	6 595 076	122 443 651	5 250 000

O valor não corrente corresponde essencialmente a um saldo a pagar ao Fundo Explorer, registado na Glintt no valor de 6 milhões de euros e a 494 mil euros de acordos de pagamento decorrentes da aquisição da Logifarma que não estavam incluídos no preço de compra.

O detalhe dos montantes correntes por empresa é o seguinte:

Descrição	2021								
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet
FORNECEDORES									
Fornecedores	85 680 487	107 994	1 656 983	71 325 189	11 879 820	618 391	89 390	1 604	1 118
Total fornecedores	85 680 487	107 994	1 656 983	71 325 189	11 879 820	618 391	89 390	1 604	1 118
ESTADO									
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 085 032	-	480 701	603 635	2 802 254	81 665	116 025	752	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2 549 798	-	120 600	1 949 868	473 860	-	-	5 471	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 322 078	-	80 180	-	1 137 331	103 041	-	-	1 525
Segurança Social	1 717 231	-	90 059	247 667	1 311 687	65 032	-	-	2 787
Outros	362 156	-	1 464	8	135 367	3 462	221 825	-	31
Total estado (passivo)	10 036 295	-	773 002	2 801 178	5 860 499	253 199	337 850	6 222	4 343
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR									
Pessoal	113 703	-	-	5 106	108 597	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	812 020	-	-	812 020	-	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	23 014 030	216 765	2 825 099	5 097 373	13 139 889	1 608 693	34 014	33 737	58 461
Outros credores	9 991 033	140 000	2 490 414	382 136	5 577 958	1 400 524	-	-	-
Total outras contas a pagar	33 930 788	356 765	5 315 513	6 296 635	18 826 444	3 009 217	34 014	33 737	58 461
Total de passivos financeiros	129 647 570	464 759	7 745 498	80 423 001	36 566 763	3 880 807	461 254	41 563	63 922
2020									
Descrição	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet
FORNECEDORES									
Fornecedores	85 549 748	-	2 046 477	70 736 101	11 731 193	876 927	69 158	25 560	64 332
Total fornecedores	85 549 748	-	2 046 477	70 736 101	11 731 193	876 927	69 158	25 560	64 332
ESTADO									
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 365 463	-	151 299	616 754	2 390 639	140 404	62 270	-	4 098
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	812 737	-	-	728 778	83 527	-	-	432	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 380 304	1 080	267 667	-	933 559	176 184	-	-	1 815
Segurança Social	1 718 693	2 685	171 220	252 867	1 156 860	131 687	-	-	3 374
Outros	454 629	20	1 785	52 007	151 972	4 047	244 758	-	41
Total estado (passivo)	7 731 828	3 785	591 970	1 650 406	4 716 557	452 321	307 028	432	9 329
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR									
Pessoal	72 760	-	4 125	58	68 134	443	-	-	-
Adiantamentos de Clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	191 781	-	-	191 781	-	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	24 183 066	120 684	3 528 949	5 291 357	10 918 092	4 222 828	32 838	3 000	65 319
Outros credores	4 714 467	-	892 824	3 781	3 818 296	-433	-	-	-
Total outras contas a pagar	29 162 075	120 684	4 425 898	5 486 977	14 804 521	4 222 838	32 838	3 000	65 319
Total de passivos financeiros	122 443 651	124 469	7 064 344	77 873 484	31 252 272	5 552 086	409 024	28 992	138 980

O detalhe da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” é o seguinte:

Credores por acréscimos de gastos	31/12/2021	31/12/2020
Descontos a conceder	61 521	50 515
Remunerações a liquidar	8 582 616	11 940 074
Juros a liquidar	1 175 747	703 037
Outros acréscimos de gastos	13 194 146	11 489 441
Total	23 014 030	24 183 066

O detalhe por empresa em 2020 e 2019 é o seguinte:

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2021
FV SGPS	-	4 084	212 681	-	216 765
FV IPG	-	-	250 508	2 574 591	2 825 099
Alliance Healthcare	61 521	2 944 410	-	2 091 442	5 097 373
Glintt	-	5 293 973	245 898	7 600 018	13 139 889
HMR	-	307 068	442 909	858 717	1 608 693
Imofarma	-	-	23 751	10 263	34 014
Aponatura	-	-	-	33 737	33 737
Globalvet	-	33 082	-	25 379	58 461
TOTAL	61 521	8 582 616	1 175 747	13 194 146	23 014 030

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2020
FV SGPS	-	21 237	99 447	-	120 684
FV IPG	-	1 137 357	329 309	1 465 143	2 931 810
Alliance Healthcare	50 515	3 008 735	-	2 232 107	5 291 357
Glintt	-	5 978 607	208 108	4 731 377	10 918 092
HMR	-	1 352 733	38 218	2 831 877	4 222 828
FV Serviços	-	407 416	2 139	187 585	597 140
Imofarma	-	-	25 816	7 022	32 838
Aponatura	-	-	-	3 000	3 000
Globalvet	-	33 988	-	31 330	65 319
TOTAL	50 515	11 940 074	703 037	11 489 441	24 183 066

14 – DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de “Diferimentos” ativos e passivos apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	73 049	108 374
Contratos Anuais	134 559	190 522
Outros Gastos a Reconhecer	3 456 874	4 612 489
Total do ativo	3 664 482	4 911 386
Rendimentos a reconhecer		
Não corrente		
Outros rendimentos a reconhecer	57 943	630 430
Corrente		
Outros rendimentos a reconhecer	11 353 884	8 830 773
Total do passivo	11 411 827	9 461 203
Total líquido	-7 747 345	-4 549 817

A rubrica de gastos a reconhecer em 2020 teve que ser reexpressa, dado que os gastos relacionados com financiamentos passaram a ser considerados na rubrica de passivo de financiamento em 2021.

15 – INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, no montante de 100 000 000 de euros, encontrava-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 20 000 000 de ações com um valor nominal de 5 euros cada, das quais 17 500 000 de ações da Categoria A e 2 500 000 de ações da Categoria B.

Ambas as categorias de ações conferem direito de voto. No entanto, cada acionista titular de ações da Categoria B não poderá, com essas ações, emitir em nome próprio, diretamente ou através de representante, mais de cento e vinte e cinco mil votos, independentemente de deter número superior de ações dessa Categoria.

Os detentores de capital e sua repartição por categoria de ações, a 31 de dezembro de 2021 era a seguinte:

Capital Social	%	Nº de Ações		Valor nominal €	Valor das Ações (€)		Total
		Cat. A	Cat. B		Cat. A	Cat. B	
Associação Nacional das Farmácias	87.76%	17 500 000	51 431	5.00	87 500 000	257 155	87 757 155
Outros Acionistas	12.24%		2 448 569	5.00	-	12 242 845	12 242 845
		17 500 000	2 500 000		87 500 000	12 500 000	100 000 000

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2021 a reserva legal ascendia a 1 370 965 euros.

Ajustamentos em ativos financeiros

Nesta rubrica encontram-se registados os ajustamentos em ativos financeiros relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial decorrentes de outras variações de capital próprio da participada Farminveste IPG.

Ajustamentos em ativos financeiros	2021	2020
Diferença de conversão Cambial	177 857	-197 026
Aplicação gastos a Resultados Transitadas	-904 113	-77 835
Aplicação gastos a Resultados Transitadas	-	-
Aplicação gastos a Resultados Transitadas	-	-
Outras variações de Capitais Próprios	-	-
Revalorização de Ativos	1 332 900	1 409 905
Aplicação gastos a Resultados Transitadas - CUF	113 100	-
Varição resultados anos anteriores	-	-
Impacto Variação da % participação	-	669 105
Impacto Variação da % participação	-	-
Outras variações de Capitais Próprios	88 712	3 208
TOTAL	808 456	1 807 357

Interesses Minoritários

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses Minoritários em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Empresa	% não detida	Interesses Minoritários	
		Demonstração de Resultados	Balanco
Alliance Healthcare	49.00%	5 962 734	29 825 520
Glintt	23.60%	897 052	18 502 221
Globalvet	4.00%	450	-1 373
HMR Ireland	50.00%	-154 198	-1 764 515
Aponatura	40.00%	19 835	45 119
Imofarma	17.83%	813 580	13 274 147
Total		7 539 454	59 881 119

16 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Outras Provisões	9 327 616	203 783	-232 768	-546 563	8 752 067
Imposto	420 047	-	-	-	420 047
Total	9 747 663	203 783	-232 768	-546 563	9 172 114

O detalhe dos principais de provisão registado em 2021 foi o seguinte:

- + Aumento de provisão para Reestruturação na Farminveste IPG em 170 mil euros e da provisão para pontos do saúde no montante de 33 mil euros;
- + Reversão da provisão refere-se essencialmente aos pontos do saúde 118 mil euros, reestruturação nas HMRs no montante de 35 mil euros e 78 mil euros da AH;
- + Utilização de Provisões de natureza fiscal na AH em 289 mil euros, que foi registado na rubrica da Demonstração dos Resultados “Imposto sobre o rendimento”;
- + Utilização de provisão para Reestruturação na HMR em 214 mil euros, no âmbito de reestruturação da sua operação;
- + Provisões de natureza fiscal em 93 mil euros, o que foi registado na rubrica da Demonstração dos Resultados em “Imposto sobre o rendimento”.

Garantias, Fianças e Cartas Conforto

Farminveste IPG

A 31 de dezembro de 2021 as empresas do grupo tinham as seguintes Fianças e aval obtidas junto da ANF:

Tipo	Data	Afiançada	Beneficiário	Montante	Designação	Montante em dívida
Não corrente						
Fiança/aval	07/dez/2015	Farminveste IPG	Novo Banco	13 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	6 587 594
Fiança/aval	27/dez/2017	Farminveste IPG	Novo Banco	22 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	18 968 740
Fiança/aval	22/mai/2018	Farminveste IPG	Millennium BCP	12 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	11 922 969
Fiança/aval	05/nov/2019	Farminveste IPG	Novo Banco	2 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 310 067
Fiança/aval	06/mar/2017	Glintt BS	Montepio	1 600 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 201 905
Fiança/aval	12/mar/2021	Glintt BS	Crédito Agrícola	3 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	3 000 000
Fiança/aval	01/mar/2017	Glintt GIT	Banco Popular	650 477	Empréstimo médio e longo prazo	455 620
Fiança/aval	06/mar/2017	Glintt GIT	Montepio	2 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 471 298
Fiança/aval	10/mar/2017	Glintt GIT	Banco Santander Totta	1 700 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 035 961
Fiança/aval	17/mar/2017	Glintt GIT	Novo Banco	14 875 000	Empréstimo médio e longo prazo	4 325 526
Fiança/aval	04/jul/2018	Glintt GIT	Millennium BCP	5 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	4 148 156
Fiança/aval	19/fev/2020	Glintt GIT	Millennium BCP	2 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 571 996
Fiança/aval	06/abr/2020	Glintt GIT	Banco Santander Totta	2 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 428 504
Fiança/aval	17/fev/2021	Glintt GIT	Montepio	6 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	5 750 000
Fiança/aval	01/mar/2017	Glintt HS	Banco Santander Totta	500 000	Empréstimo médio e longo prazo	350 220
Fiança/aval	06/mar/2017	Glintt HS	Montepio	1 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	859 984
Fiança/aval	16/jan/2018	HMR	Novo Banco	3 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 586 646
sub-total				93 825 477		68 975 186
Corrente						
Fiança/aval	22/mai/2018	Farbiowell	Novo Banco	500 000	Conta corrente caucionada	465 000
Fiança/aval	15/jan/2014	Farminveste IPG	Millennium BCP	5 000 000	Descoberto Autorizado	4 129 538
Fiança/aval	23/mar/2015	Farminveste IPG	Banco Santander Totta	500 000	Conta corrente caucionada	280 000
Fiança/aval	24/jul/2015	Farminveste IPG	Caixa Geral de Depósitos	5 000 000	Conta corrente caucionada	4 900 000
Fiança/aval	24/dez/2015	Farminveste IPG	Novo Banco	2 000 000	Conta corrente caucionada	1 995 000
Fiança/aval	17/mar/2017	Glintt BS	Novo Banco	4 000 000	Conta corrente caucionada	-
Fiança/aval	26/nov/2004	Glintt GIT	Novo Banco	1 500 000	Conta corrente caucionada	-
sub-total				18 500 000		11 769 538
Total				112 325 477		80 744 724

A 2021 o grupo mantinha o seguinte penhor sobre as ações da Alliance Healthcare, CUF, Glintt e sobre as UPS do Fundo Imofarma:

Entidade Beneficiária	Penhor	Ações UPS	Beneficiário	Montante Empréstimo
FV IPG	Alliance Healthcare	117 500	Novo Banco	49 556 334
FV IPG	Alliance Healthcare	27 500	BCP	7 500 000
Glintt	Alliance Healthcare	75 000	Novo Banco	14 875 000
ANF	Alliance Healthcare	25 000	Novo Banco	15 000 000
	Penhor de Ações AH	245 000		86 931 334
ANF	Imofarma	1 206 500	MBCP	10 600 000
ANF	Imofarma	1 122 780	NB	15 000 000
FV IPG	Imofarma	6 072 018	MBCP	27 722 969
FV IPG	Imofarma	175 181	NB	27 556 334
FV IPG	Imofarma	500 000	MONAF	3 000 000
	Penhor de UPS Imofarma	9 076 479		83 879 302
FV IPG	CUF	1 155 400	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	CUF	1 325 000	CGD	22 500 000
	Penhor de Ações CUF	2 480 400		50 056 334
FV IPG	Glintt	17 392 574	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	Glintt	21 740 717	BCP	27 722 969
	Penhor de Ações Glintt	39 133 291		55 279 302

Alliance Healthcare

Na Alliance Healthcare, o detalhe das responsabilidades por garantias prestadas é o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Direcção Geral de Contribuições e Impostos	4 556 300	4 556 300
Região Autónoma dos Açores (SIDER)	129 787	158 629
Câmara Municipal de Sintra	25 000	25 000
BP Portuguesa	-	-
Tribunal do Trabalho	5 422	5 422
Instituto Português de Oncologia de Lisboa	-	-
Total	4 716 509	4 745 351

Glintt

Os compromissos financeiros que não figuram nas demonstrações financeiras referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros pela Glintt destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são discriminados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Global Dominion Access SA	1 000 000	-
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	211 847	211 847
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	129 230	129 230
Hewlett - Packard International Bank plc	-	108 418
Agência para a Modernização Administrativa IP	164 002	68 000
Estado Português - Ministério da Defesa Nacional EMGFA	31 678	31 678
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	20 544	30 970
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	25 000	25 000
Hospital Espirito Santo Evora	20 450	20 450
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE	13 500	19 051
CEIOTAN Ministério das Forças Armadas	17 434	17 434
Hospital de Braga, EPE	-	17 001
Metropolitano de Lisboa, E.P.	16 836	16 836
Ministério da Defesa Nacional - Exército Português	16 426	16 426
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-	15 890
Instituto Port.de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E.	-	15 280
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE	13 059	13 059
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	12 384	12 384
Assembleia da República	11 750	11 750
Centro Hospitalar de São João, E.P.E.	67 675	10 397
Outras garantias		29 460
Total	1 771 814	820 560

Processos judiciais

Alliance Healthcare

Alliance Healthcare mantinha em 2021 os seguintes processos fiscais em aberto:

Processo	Detalhe	Exercício	Montante Reclamado	Montante Pago	Provisão	Situação
00237/04 - Imp	IRC - Correção à Material Coletável	1993	4 758 691	4 523 611	28 080	Em 2021 a Empresa recebeu 5.868.633 Euros relativos a este processo, dos quais 3.451.375 Euros referem-se a imposto e 2.417.258 Euros referem-se a juros indemnizatórios, que foram reconhecidos na rubrica da demonstração de resultados "Juros e rendimentos similares obtidos". Deste modo e relativamente ao processo n.º 00237/04 - Imp, o Grupo mantinha em 31 de dezembro de 2021 um saldo devedor na rubrica Estado e Outros Entes Públicos no montante de 235.080 Euros, e uma perda por imparidade de 28.080 Euros.
1202/05.9BELSB	IRC - não aceitação como custo fiscal despesas não documentadas de determinados pagamentos	2000 a 2002	7 000 000	6 856 541	-	Em 2021 a Empresa recebeu 2.098.841 Euros relativos a este processo, dos quais 1.556.696 Euros referem-se a imposto e 542.145 Euros referem-se a juros indemnizatórios, que foram reconhecidos na rubrica da demonstração de resultados "Juros e rendimentos similares obtidos".
8310039269	IRC - não aceitação como operação fiscalmente neutra, da fusão invertida entre o Grupo e a Alliance Unichem S.G.P.S., Lda.	2004	2 870 000	-	-	Processo de impugnação, atualmente sob apreciação em tribunal. Probabilidade de desfecho favorável assumido pelo Conselho de Administração

17 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 era como segue:

Financiamentos obtidos	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Papel comercial	72 360 000	10 600 000	82 960 000	83 720 000	8 100 000	91 820 000
Empréstimos bancários	10 499 520	111 590 612	122 090 131	8 831 780	90 754 986	99 586 766
Descobertos bancários + Conta corrente caucionada	9 735 479	-	9 735 479	31 386 250	-	31 386 250
Adiantamento de factoring	1 247 380	-	1 247 380	1 479 316	-	1 479 316
Locação financeira	554 728	406 049	960 777	418 509	703 386	1 121 895
Empréstimo obrigacionista	10 000 000	28 663 705	38 663 705	5 000 000	25 000 000	30 000 000
Confirming	1 534 294	-	1 534 294	4 082 753	-	4 082 753
Ajustamentos relativos ao custo amortizado	-54 752	-1 203 901	-1 258 653	-77 118	-25 197	-102 315
Subsídios ao investimento reembolsáveis	-	-	-	28 842	129 787	158 629
Participantes de Capital	-	2 587 000	2 587 000	-	2 525 000	2 525 000
Total	105 876 648	152 643 465	258 520 113	134 870 332	127 187 961	262 058 293
Financiamentos obtidos - Direitos de Uso (IFRS 16)						
Financiamentos obtidos - Direitos de Uso (IFRS 16)						
	4 139 226	5 827 492	9 966 718	4 099 092	7 533 642	11 632 734

O detalhe de dívida total e dívida líquida de disponibilidades por empresa/grupo é o seguinte:

Empresa	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet	2021
Divida corrente	10 000 000	8 546 981	66 552 939	18 601 505	517 329	1 657 895	-	-	105 876 648
Divida não corrente	14 350 705	85 282 982	1 587 856	26 300 980	3 969 317	21 151 626	-	-	152 643 465
Total	24 350 705	93 829 962	68 140 795	44 902 485	4 486 646	22 809 521	-	-	258 520 113
Caixa e DO	5 351	116 444	6 180 390	6 993 101	515 933	351 613	103 857	8 728	14 275 417
Divida Líquida	24 345 354	93 713 518	61 960 405	37 909 383	3 970 713	22 457 908	-103 857	-8 728	244 244 696

Empresa	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet	2020
Divida corrente	5 000 000	36 960 818	73 587 358	16 908 985	755 277	1 657 895	-	-	134 870 332
Divida não corrente	10 625 000	54 573 344	2 600 709	32 068 134	4 186 563	23 134 211	-	-	127 187 961
Total	15 625 000	91 534 162	76 188 067	48 977 119	4 941 839	24 792 105	-	-	262 058 293
Caixa e DO	22 427	476 151	5 139 171	11 970 368	1 125 196	940 743	53 621	18 602	19 746 279
Divida Líquida	15 602 573	91 058 011	71 048 896	37 006 751	3 816 644	23 851 362	-53 621	-18 602	242 312 014

18 – RÉDITO

Nos exercícios de 2021 e 2020, o rédito reconhecido tem a seguinte composição:

Rédito	2021	2020
Vendas	673 784 912	651 636 443
Prestações de serviços	125 337 133	115 029 467
Subsídios à exploração	986 562	311 879
Outros rendimentos e ganhos	2 383 151	2 212 491
Juros e outros rendimentos similares	3 029 788	340 418
Total	805 521 546	769 530 698

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por mercado durante o exercício de 2021 e 2020 foi como segue:

Rédito	2021			2020		
	Vendas	Prestações de serviços	Total	Vendas	Prestações de serviços	Total
Mercado interno	626 720 550	100 325 432	727 045 982	615 035 815	91 142 213	706 178 028
Mercado externo	47 064 362	25 011 702	72 076 064	36 600 628	23 887 254	60 487 882
Total	673 784 912	125 337 133	799 122 046	651 636 443	115 029 467	766 665 911

Os valores relativos a 2020 não coincidem com os valores apresentados no R&C assinado de 2020 dado que tiveram de ser reexpressos, por lapso do mesmo e por questões de comparabilidade.

19 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios de 2021 e 2020 tinham o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020
Subcontratos	28 454 490	27 161 384
Serviços especializados	33 327 209	41 014 668
Materiais	896 522	664 898
Energia e Fluidos	2 685 956	2 417 490
Deslocações, estadas e transportes	10 434 006	1 504 114
Serviços diversos	17 566 485	17 449 258
Ajustamentos consolidação	-19 478 847	-19 673 624
Total	73 885 823	70 538 190

Os ajustamentos de consolidação resultam da eliminação de relações cruzadas.

O detalhe por empresa em 2021 e 2020 é o seguinte:

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e Fluidos	Deslo, estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2021
FV SGPS	-	348 339	-	165	39	11 397	-38 913	321 028
FV IPG	276 235	18 521 661	5 649	614 967	139 403	7 015 724	-5 506 017	21 067 622
Globalvet	-	174 563	47	10 207	16 609	12 059	-142 342	71 143
Aponatura	-	97 302	-	-	-	55 712	-107 101	45 913
HMR	6 802 755	4 609 310	551	55 147	10 646	631 280	-7 915 083	4 194 606
Glintt	21 375 500	4 509 482	-	888 262	1 239 716	4 426 677	-2 170 169	30 269 468
AH	-	5 066 552	890 276	1 111 968	9 027 593	4 501 741	-3 352 270	17 245 859
Imofarma	-	-	-	5 240	-	911 896	-246 951	670 185
TOTAL	28 454 490	33 327 209	896 522	2 685 956	10 434 006	17 566 485	-19 478 847	73 885 823

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e Fluidos	Deslo, estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2020
FV SGPS	-	128 107	-	-	2 523	2 426	-34 663	98 393
FV IPG	749 878	15 737 125	5 959	38 019	176 938	6 330 210	-4 464 325	18 573 804
Globalvet	-	203 535	268	8 235	14 410	15 332	-183 477	58 303
Aponatura	-	107 399	-	-	867	58 684	-116 214	50 735
HMR	7 898 533	5 609 435	7 730	67 667	58 913	413 549	-7 687 265	6 368 562
Glintt	18 356 407	3 787 181	-	766 137	1 119 167	3 850 346	-2 849 442	25 029 796
Alliance Healthcare	-	12 336 429	635 560	1 084 075	123 526	4 760 263	-2 863 597	16 076 256
Imofarma	-	385	-	4 603	-	1 433 441	-631 973	806 456
FV 3	-	57 827	-	-	-	690	-	58 517
FV Serviços	156 566	3 047 245	15 382	448 754	7 770	584 318	-842 668	3 417 367
TOTAL	27 161 384	41 014 668	664 898	2 417 490	1 504 114	17 449 258	-19 673 624	70 538 190

20 – GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

Gastos com Pessoal	2021	2020
Remunerações órgãos sociais	2 233 316	2 470 431
Remunerações do pessoal	53 417 324	54 757 466
Indemnizações	813 342	1 461 894
Encargos sobre remunerações	12 295 760	12 372 105
Seguros de acidentes no trabalho	137 867	163 784
Gastos de acção social	70 468	134 772
Outros gastos com pessoal	3 924 227	4 069 376
Ajustamentos consolidação	40 200	312 945
Total	72 932 502	75 742 774

O número médio de colaboradores ao serviço das empresas que constituem o perímetro de consolidação em 2021 foi de 1 922 pessoas, que compara com 1 901 em 2020, fruto da continuidade da expansão da atividade do Grupo:

Número médio colaboradores	2021	2020
Farminveste SGPS	6	6
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	99	60
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	6	6
Farbiowell	1	1
Farminveste 4 - Serviços S.A.	-	55
HMR - Health Market Research International, Lda	37	53
HMR - Health Market Research Portugal Unipessoal, Lda	18	17
HMR - Health Market Research - España, S.L.	18	18
HMR - Health Market Research - Germany, GmbH.	-	2
HMR Ireland Limited	9	9
Alliance Healthcare, S.A.	601	601
Glintt	1 127	1 073
Total	1 922	1 901

21 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica de “Aumentos/redução justo valor” no exercício de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

Designação	2021	2020
Reavaliação AFT (Nota 6)	1 752 300	1 016 300
Reavaliação Propriedades investimento	-614 140	377 400
Instrumentos financeiros	-	1 644
Total	1 138 160	1 395 344

22 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos	2021	2020
Rendimentos suplementares	525 307	556 214
Descontos de p.p. Obtidos	-	438
Diferenças de câmbio favoráveis	287	11 885
Alienação de investimentos não financeiros	170 079	-
Alienações Ativos	19 594	98 504
Subsídios ao investimento	229 435	360 200
Correções relativas a períodos anteriores	65 742	124 305
Recuperação de dívidas incobráveis	583 758	385 767
Outros não especificados	788 949	675 177
Ajustamentos consolidação	-	-
Total de outros rendimentos	2 383 151	2 212 490

23 – OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

Outros gastos	2021	2020
Impostos	773 713	724 971
Dívidas incobráveis	2 846 162	2 089 307
Diferenças de câmbio desfavoráveis	761	1 181
correções relativas a períodos anteriores	73 452	203 263
Abates de investimentos não financeiros	3 394	64 523
Quotizações	194 605	72 294
Quebras, Ofertas e amostras de inventário	1 590	3 109
Donativos	703 094	4 800
Multas	28 159	11 019
Outros não especificados	614 029	729 445
Ajustamentos consolidação	-	-
Total de outros gastos	5 238 960	3 903 913

24 – DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “gastos/reversões de depreciação e de amortização” no final do exercício de 2021 e 2020 é conforme detalhe:

Designação	2021	2020
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	3 373 031	3 468 865
Ativos intangíveis (Nota 9)	6 430 821	6 940 998
Ativos direito de uso (Nota 6)	4 717 533	4 606 589
Total	14 521 384	15 016 453

25 – JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2021 e 2020 são detalhados como segue:

Juros e gastos similares suportados	2021	2020
Juros suportados		
Financiamentos bancários	7 359 441	6 239 521
Outros	736 689	576 367
Passivos de Locação	376 813	341 776
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	28 912
Outros gastos de financiamento	1 277 535	1 239 115
Total de juros e gastos similares suportados	9 750 478	8 425 690

A rubrica “Outros gastos de financiamento” diz essencialmente respeito a gastos suportados com gestão de Factoring e Contas Caucionadas da Glintt.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2021 e 2020 são detalhados como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2021	2020
Juros obtidos depósitos		
Depósitos em instituições de crédito	3 289	179
Acordos de regularização de dívida	154 258	189 159
Outros financiamentos concedidos	-	82 840
Diferenças de câmbio favoráveis	-	61 003
Outros ganhos de financiamento	2 872 241	7 236
Total de juros e rendimentos similares obtidos	3 029 788	340 418

A rubrica “Juros obtidos – Acordos de regularização de dívida” diz respeito aos juros debitados pela Alliance aos seus clientes, resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a empresa pelo desfasamento temporal no recebimento.

O saldo da rubrica Outros Ganhos de financiamento em 2021 representa o valor dos juros recebidos relacionados com processos fiscais na Alliance Healthcare.

26 – ATIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E PASSIVOS RELACIONADOS

Foram consideradas como operações descontinuadas as atividades das empresas participadas: HMR Alemanha, cuja operação foi descontinuada em 2020, as operações das empresas da Glintt: SolSERVICE e Glintt Polska, descontinuadas em 2018, e das empresas Glintt UK e Glintt Ireland, descontinuadas em 2020. Em 2021 o Grupo decidiu descontinuar o investimento na Farbiowell (que consolida integralmente) e na Servestec (MEP), que foi dissolvida em dezembro de 2021, bem como na Glintt Brasil.

O impacto nos Ativos e Passivos consolidados é o seguinte:

	31/12/2021	Farbiowell	Cuidafarma	HMR Alemanha	Participadas Glintt	31/12/2020
Ativos de operações descontinuadas						
Não corrente						
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	15 458
Ativos direitos de uso	9 201	9 201	-	-	-	41 723
Outros Ativos financeiros	325	325	-	-	-	605
	9 526	9 526	-	-	-	57 786
Corrente						
Contas a receber de clientes e outros devedores	-37 810	-37 810	-	-	-	387 166
Estado e outros entes públicos	70 444	67 841	-	2 603	-	72 446
Diferimentos	152	152	-	-	-	1 446
Caixa e equivalentes de caixa	66 057	7 446	-	35 235	23 376	41 890
	98 843	37 629	-	37 839	23 376	502 947
Ativos operações descontinuadas	108 369	47 155	-	37 839	23 376	560 733
Passivos de operações descontinuadas						
Não Corrente						
Financiamentos obtidos	-0	-	-	-0	-	-
Financiamentos obtidos - Direito de uso	2 733	2 733	-	-	-	16 342
Provisões para outros passivos e encargos	12	-	12	-	-	980 092
	2 745	2 733	12	-0	-	996 434
Corrente						
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	373 069	314 122	-	49 813	9 134	941 992
Estado e outros entes públicos	5 807	5 748	-	-	59	9 370
Financiamentos obtidos	465 000	465 000	-	-	-	480 000
Financiamentos obtidos - Direito de uso	6 859	6 859	-	-	-	26 563
Acréscimos e diferimentos passivos	-	-	-	-	-	17 027
	850 735	791 729	-	49 813	9 193	1 474 953
Passivos operações descontinuadas	853 480	794 462	12	49 813	9 193	2 471 387

Foi considerado como ativo detido para venda a Quinta de Óbidos registada no Imofarma:

	31/12/2021	Imofarma
Ativos disponíveis para venda		
Não corrente		
Outros Ativos financeiros	4 236 392	4 236 392
	4 236 392	4 236 392
Ativos disponíveis para venda	4 236 392	4 236 392

27 - PERDAS COM OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ganhos e perdas com operações alienadas e descontinuadas, em 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	Farbiowell	Servestec Investimento	HMR Alemanha	Glintt Participadas	Cuidafarma detida para venda	2020
Vendas e serviços prestados	55 298	-34 614	-	-	89 913	-	-166 074
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	105 475	-	105 487	-	-	-12	-1 673 157
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-6 901	-6 901	-	-	-	-	71 963
Fornecimentos e Serviços externos	-119 583	-8 259	-	-20 265	-91 059	-	-255 477
Gastos com o pessoal	-37 390	-18 097	-	-	-19 293	-	-454 811
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-96 801	-96 801	-	-	-	-	-329 441
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 911	9 310	-	-	-14 221	-	-7 238
Provisões (aumentos/reduções)	183 447	-	-	183 447	-	-	2 046 123
Outros rendimentos	5 950	977	-	488	4 486	-	2 739
Outros gastos	-114 279	-7 483	-	-58 179	-48 617	-	-71 506
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-29 695	-161 869	105 487	105 491	-78 791	-12	-836 880
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-30 452	-21 361	-	-1 186	-7 905	-	-32 061
Imparidade de Ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-60 147	-183 231	105 487	104 305	-86 696	-12	-868 941
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	14 253
Juros e gastos similares suportados	-32 997	-32 003	-	-	-993	-	-12 188
Resultado antes de impostos	-93 144	-215 234	105 487	104 305	-87 690	-12	-866 875
Imposto sobre o rendimento do período	-8 433	-6 942	-	-	-1 492	-	60 057
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas	-101 577	-222 176	105 487	104 305	-89 181	-12	-806 818

28 - RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

	2021	2020
Resultado Líquido do Período	1 915 668	-15 163 823
Nº médio de ações ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por ação básico	0.10	-0.76

29 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS e suas participadas encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2021.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2022, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

À data de emissão deste relatório, não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Lisboa, 18 de abril de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ANEXOS



Certificação Legal das Contas Individuais



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 132.919.814 euros e um total de capital próprio de 108.099.730 euros, incluindo um resultado líquido de 1.915.667 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

1 de 3

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CVMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matricula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com



base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

Certificação Legal das Contas Consolidadas



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MÁRIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.** (O GRUPO), que compreendem a demonstração posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 602.769.356 euros e um total de capital próprio de 167.980.849 euros, incluindo um resultado líquido de 1.915.668 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matricula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 129
www.orasroc.pt - E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e 508.º - D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e



regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de abril de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal para as Contas Individuais



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Farminveste - SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Ao longo do exercício, em especial a partir de 17 de agosto de 2021, data de início das nossas funções, o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste - SGPS, S.A.. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Face a um contexto de significativa exigência de tesouraria a nível da participada Farminveste IPG nos últimos anos, resultante de investimentos realizados sem o retorno desejado, foi celebrado um acordo com os seus três principais bancos para alargamento de maturidade da dívida, que obrigou ao reforço de garantias e ao cumprimento de um plano financeiro e um conjunto de obrigações associadas.
Este acordo, que já vinha a ser negociado pela anterior administração, foi concluído e assinado no mês de setembro pelo atual Conselho de Administração e abrange um período temporal de 10 anos.
Para apoio a este plano de redução de dívida para níveis sustentáveis, a Farminveste IPG está a ser apoiada pela Farminveste SGPS que tem estado a capitalizar a sua participada com os recursos obtidos pela emissão de obrigações convertíveis e também com prestações de capital que a sua acionista ANF se comprometeu a efetuar. O objetivo é que se consiga antecipar o plano de reembolso acordado com os bancos.
O Conselho Fiscal tem acompanhado as medidas que têm vindo a ser tomadas a nível do governo das sociedades do grupo, de redução de gastos e restrições significativas nos investimentos, no sentido de se cumprir com o plano estabelecido com os bancos mas tem alertado para a necessidade de se reforçar essas medidas, dinamizando a sua rápida e rigorosa implementação.
Nesse sentido, o Conselho Fiscal, nas suas interações com o Conselho de Administração, tem apresentado sugestões de serem realinhados o âmbito e a estratégia a adotar nas empresas participadas nos anos próximos.
4. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros



5. As demonstrações financeiras mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS) e expressam de forma adequada a posição financeira da Farminveste - SGPS, S.A. a 31 de dezembro de 2021, bem como os resultados das suas operações, as alterações dos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data.
6. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.
7. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, tal como foram propostos pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados, tal como proposta pela Administração.
8. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste - SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL

António Paula de Campos
(Presidente)

Fausto da Silva Almeida
(Vogal)

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266,
registado na CMVM sob o n.º 20160877), Vogal

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal para as Contas Consolidadas



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Farminveste - SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
2. Ao longo do exercício, em especial a partir de 17 de agosto de 2021, data de início das nossas funções, o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste - SGPS, S.A.. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. Face a um contexto de significativa exigência de tesouraria a nível da participada Farminveste IPG nos últimos anos, resultante de investimentos realizados sem o retorno desejado, foi celebrado um acordo com os seus três principais bancos para alargamento de maturidade da dívida, que obrigou ao reforço de garantias e ao cumprimento de um plano financeiro e um conjunto de obrigações associadas.
Este acordo, que já vinha a ser negociado pela anterior administração, foi concluído e assinado no mês de setembro pelo atual Conselho de Administração e abrange um período temporal de 10 anos.
Para apoio a este plano de redução de dívida para níveis sustentáveis, a Farminveste IPG está a ser apoiada pela Farminveste SGPS que tem estado a capitalizar a sua participada com os recursos obtidos pela emissão de obrigações convertíveis e também com prestações de capital que a sua acionista ANF se comprometeu a efetuar. O objetivo é que se consiga antecipar o plano de reembolso acordado com os bancos.
O Conselho Fiscal tem acompanhado as medidas que têm vindo a ser tomadas a nível do governo das sociedades do grupo, de redução de gastos e restrições significativas nos investimentos, no sentido de se cumprir com o plano estabelecido com os bancos mas tem alertado para a necessidade de se reforçar essas medidas, dinamizando a sua rápida e rigorosa implementação.
Nesse sentido, o Conselho Fiscal, nas suas interações com o Conselho de Administração, tem apresentado sugestões de serem realinhados o âmbito e a estratégia a adotar nas empresas participadas nos anos próximos.
4. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros



5. As demonstrações financeiras consolidadas mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS) e expressam de forma adequada a posição financeira da Farminveste SGPS a 31 de dezembro de 2021, bem como os resultados consolidados das suas operações, as alterações dos fundos patrimoniais consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data.
6. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.
7. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2021, tal como foram apresentados pela Administração.
8. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste - SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL

.....
 António Paula de Campos
 (Presidente)

.....
 Fausto da Silva Almeida
 (Vogal)

.....
 Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
 representada por
 Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266,
 registado na CMVM sob o nº 20160877), Vogal

FARMINVESTE - SGPS, S.A., Sociedade Aberta
 Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
 Sede: Travessa de Santa Catarina, nº. 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
 Capital Social: 100.000.000,00 Euros

RELATÓRIO E CONTAS 2021

farminveste
SGPS, S.A.

Ficha Técnica

Propriedade

Farminveste, SGPS, S.A., Sociedade Aberta

Morada

Travessa de Santa Catarina 8, 1200-403 Lisboa

Tel: 21 340 06 00 Fax: 21 347 29 94

email: farminveste-sgps@farminveste.pt

Pessoa coletiva n.º 509491480

Concepção, Design e Paginação

madde comunicação

